

## 5. A DESCOBERTA DA ALTERIDADE

### 5.1. A PECULIARIDADE IBÉRICA

A historiografia do Renascimento é uma historiografia “eurocentrica”, que caracteriza como desigualdade as diferenças entre a Península Ibérica – que não teria passado ainda para a “modernidade” –, em relação à Europa setentrional. Portanto, há uma

“Necessidade de se confrontar o que se definiu como modelo de Renascimento – o italiano – com outras realidades europeias e extra-europeias, e as respostas conseqüentes são as de que as outras formações sociais a imitaram, copiaram ou traduziram, e sempre de modo a representar um ponto a menos do que foi o esplendor moderno da Itália. Só recentemente evoluiu-se para a proposição de inclusão do dado da heterogeneidade da cultura renascentista em sua expressão europeia e italiana em tempos e ritmos variados”.<sup>1</sup>

Mas se Portugal e Espanha eram tão atrasados em relação ao resto da Europa, como foi possível a descoberta da América pelos espanhóis, e, principalmente, da rota marítima do Ocidente para o Oriente, circunavegando a África, e a descoberta do Brasil, pelos portugueses? Portanto, afirmar que a Idade Moderna se iniciou com a “(re)descoberta” da Antiguidade Greco-Romana pelo Renascimento artístico e cultural italiano é “(en)cobrir” as descobertas ibéricas marítimas em Ásia, África e América através dos oceanos Atlântico e Índico nos séculos XV e XVI, que Antero de Quental denominou de uma “primeira modernidade” ou de um “primeiro Renascimento” ibérico.

“Em nada disso se mostrou a Península inferior às grandes nações cultas, que haviam recebido a herança da civilização romana. Demos à Escola filósofos como Raimundo Lúlio, à Igreja, teólogos e papas, um destes português, João XXI. As escolas de Coimbra e Salamanca tinham uma celebridade europeia. Entre os primeiros homens do século XII está um monarca espanhol, Afonso, o Sábio. A reforma da Escolástica, nos séculos XIII e XIV, foi obra quase exclusiva das escolas árabes e judaicas de Espanha. Para opor aos Ciclos épicos da Távola Redonda, de Carlos Magno e

---

<sup>1</sup> Antonio Edmilson Martins RODRIGUES; Francisco José Calazans FALCON. *Op. Cit.* p. 239.

do Santo Graal, tivemos aquele admirável Romancero, as lendas do Cid. Quanto à Arquitetura, basta lembrar a Batalha e a Catedral de Burgos, duas das mais belas rosas góticas desabrochadas no seio da idade Média. Numa coisa, porém, a excedemos, tornando-nos iniciadores: os estudos geográficos e as grandes navegações”<sup>2</sup>.

O fundador mítico da Lusitânia – na Antiguidade, o território ao Sul do Rio Douro até o Tejo era denominado Lusitânia, porque foi habitada pelos lusitanos, povos de origem indo-européia, Lisboa era denominada Olissipo –, o grego Ulisses, da “Odisséia”, de Homero, veio da longínqua Grécia, e é para o longínquo Oriente que vai o Portugal da modernidade. A história de Roma se divide em dois períodos: a República, e o Império, que tem início em 27 a.C., quando Otávio (Augusto) se tornou o primeiro imperador romano. Em 29 a.C., *Augustus* criou a província romana da Lusitânia, anexando o território do Algarve. Antero de Quental diz que

“Logo na época romana aparecem os caracteres essenciais da raça peninsular: espírito de independência local, e originalidade de gênio inventivo. Em parte alguma custou tanto a dominação romana o estabelecer-se, nem chegou nunca a ser completo esse estabelecimento”.<sup>3</sup>

Na Idade Média, enquanto os países da Europa setentrional, como a França e a Alemanha, viviam isolados no feudalismo clássico, a Península Ibérica já estava na modernidade.

“Entre todos os povos da Europa Central e Ocidental, somente os da Península escaparam ao jugo de ferro do feudalismo. O espectro torvo do castelo feudal não assombrava os nossos vales, não se inclinava, como uma ameaça, sobre a margem dos nossos rios, não entristecia os nossos horizontes com o seu perfil duro e sinistro”.<sup>4</sup>

Portugal nunca se caracterizou por um isolamento interno, e externo. Os portugueses conviviam em seu próprio território entre os judeus e os mouros, que realizavam um intercâmbio comercial, cultural e científico com os árabes do Oriente Próximo, e os indianos, os chineses e os japoneses Extremo Oriente. No século XIV, quando os turcos conquistam Constantinopla, a capital do Império

<sup>2</sup>Antero de QUENTAL. *Op. Cit.* pp. 260-261.

<sup>3</sup>*Idem. Ibidem.* p. 258.

<sup>4</sup>*Idem. Ibidem.* p. 258.

Romano do Oriente, ou Império Bizantino, na Península Ibérica, os muçulmanos são expulsos.

Portugal foi o primeiro país europeu a expulsar os mouros de seu território, a conquistar a sua independência e a se constituir como um Estado Nacional, em 1139, quando D. Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha, instituiu o Reino independente de Portugal, autoproclamou-se o Rei Afonso I (r. 1139 – 1185), de Portugal, e fundou a sua primeira dinastia, a de Borgonha. Mais de 350 anos, três séculos antes da própria Espanha, em 1492. Lisboa, um porto onde se encontravam navegadores, mercadores e para onde convergiam mercadorias de todas as partes do mundo e de todos os tipos, foi conquistada em 1142, e se tornou uma das primeiras metrópoles do mundo. Seu “ambiente era colorido e multiétnico, o que a tornava única na Europa”<sup>5</sup>, “tornando-se merecedora do apelido de ‘lente do mundo’”.<sup>6</sup>

A idéia de aventura também contribui para a imagem negativa da Península Ibérica na historiografia renascentista.

“O que ela provocou foi a combinação dos descobrimentos a uma visão heróica da cavalaria medieval. Assim, o gênio português associa-se ao puro empirismo, que pode ser exemplificado por determinações comuns nos textos escolares como ‘o descobrimentos e a expansão portuguesas derivam de sua posição estratégica na Europa, que lhe dava a primazia da presença no Atlântico’, possibilitando o entendimento de que os portugueses não precisavam nem se organizar para os descobrimentos, pois naturalmente tinham um destino a cumprir”.<sup>7</sup>

Mas, se houve um “privilégio lusitano”, graças à localização de Portugal à beira do Atlântico – “nas fraldas do mar, diz-se em Quinhentos”<sup>8</sup>, o que significa que Portugal era, segundo Armando Cortesão, “a praia da Europa” –, o que fez com que Portugal fosse a primeira nação a navegar no Atlântico Sul em direção a uma nova rota para as Índias que não as terrestres e as do Mar Mediterrâneo, também houve um “privilégio ibérico”, graças à circunstâncias geopolíticas, que fizeram com que o Papa espanhol dividisse as duas metades do hemisfério

<sup>5</sup> Serge GRUZINSKI. *A passagem do século: 1480-1520: as origens da globalização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 53.

<sup>6</sup> Oswald DREYER-EIMBCKE. *Op. Cit.* p. 29.

<sup>7</sup> Antonio Edmilson Martins RODRIGUES; Francisco José Calazans FALCON. *Op. Cit.* p. 240.

<sup>8</sup> Luís Filipe BARRETO. *As Ilhas Fantásticas*. IN: Joaquim Romero de MAGALHÃES (org). *Op. Cit.* 2001. p. 6.

ocidental entre a Espanha e Portugal através do Tratado de Tordesilhas, nome de uma pequena cidade sobre o rio Douro, onde foi celebrado o último ato das negociações, de 1494 – que ampliou a linha imaginária traçada à Oeste do Arquipélago dos Açores, das Ilhas da Madeira e de Cabo Verde pela bula *Inter Coetera* do papa Alexandre VI, de 1493, de 100 para 370 léguas.

“As descobertas, que coroaram tão brilhantemente o fim do século XV, não se fizeram ao acaso. Precedeu-as um trabalho intelectual, tão científico quanto a época o permitia, inaugurado pelo nosso infante D. Henrique, nessa famosa escola de Sagres, de aonde saíam homens como aquele heróico Bartolomeu Dias, e cuja influência, direta ou indiretamente, produziu um Magalhães e um Colombo”.<sup>9</sup>

“Houve, porém, uma primeira geração, que respondeu o chamado da Renascença, enquanto essa geração ocupou a cena, isto é, até meado do século XVI, a Península conservou-se à altura daquela época extraordinária de criação e liberdade de pensamento. A renovação dos estudos recebeu-a nas suas universidades novas ou reformadas, aonde se explicavam os grandes monumentos literários da Antiguidade, muitas vezes na própria língua dos originais”.<sup>10</sup>

Osório de Vasconcelos diz que “nesse tempo heróico, Portugal foi um anão que deu o ser a gigantes”. Portanto, Portugal e Espanha saem na vanguarda da Idade Moderna em relação à Europa, temporal e espacialmente.

## 5.2. A “ORDEM DE CRISTO” E A “ESCOLA” DE SAGRES

A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão, ou dos Cavaleiros Templários, mais conhecida como a Ordem dos Templários, foi criada em 1118, em Jerusalém, por cruzados franceses, visando à proteção dos peregrinos cristãos à “Terra Santa”. A Ordem entrou em Portugal em 1127, da qual o Rei Afonso I foi irmão templário.

Os Templários passaram a ser perseguidos na França onde, em 1314, foram extintos. Mas os portugueses se recusaram a obedecer à ordem de prisão de

<sup>9</sup> Antero de QUENTAL. *Op. Cit.* p. 261.

<sup>10</sup> Idem. *Ibidem.* p. 262.

seus membros, porque os Cavaleiros ajudaram Portugal na Guerra de Reconquista e na expulsão dos mouros do seu território. Em 1319, D. Dinis (r. 1279 - 1325), neto de Afonso X (r. 1252 – 1284), “o Sábio”, de Castela, e fundador da dinastia de Avis, transformou a Ordem dos Templários em e criou a Ordem de Cristo.

A Ordem de Cristo, da qual o Infante D. Henrique (1384 - 1460), “o Navegador”, filho de D. João I (r. 1385 - 1433), fundador da Dinastia de Avis, foi grão-mestre, herdou os bens e as propriedades da Ordem dos Templários, e desempenhou um papel fundamental nos descobrimentos marítimos portugueses ao emprestar suas riquezas para a coroa de Portugal financiar as viagens.

O papel do Infante D. Henrique também foi de capital importância para o êxito dos empreendimentos ultramarinos portugueses. Após a Conquista de Ceuta, no Norte da África, D. Henrique, “o Navegador” se retirou para o promontório de Sagres, entre o Cabo de São Vicente e a cidade de Lagos, no Algarve, região mais meridional de Portugal, conhecida como *finis terrae*, fim da Terra, “onde a terra se acaba e o mar começa”<sup>11</sup> Lewis Mumford dizia que, em Portugal, nos séculos XV e XVI, “o espaço impelia os homens ao movimento e o movimento devorava o espaço”.

O Infante atraiu para a “escola de Sagres” mestres da arte de navegar, de cosmografar e de cartografar advindos de todas as partes do mundo, entre eles Jaime Cresques, de Maiorca –

“Um homem ‘mui douto na arte de navegar, que fazia cartas e instrumentos, o qual lhe custou muito pelo trazer a este reino para ensinar sua ciência aos oficiais portugueses daquele mister’”<sup>12</sup> –,

que deu continuidade aos trabalhos de seu pai após a sua morte, em 1387.

“A tradição chama-lhe ‘o Infante de Sagres’ e define por ‘escola de Sagres’ o conjunto de estudiosos, cartógrafos, pilotos e homens experientes do mar que ele reuniu à sua volta e aos quais certamente se deveriam juntar os especialistas no aproveitamento comercial das diversas empresas”.<sup>13</sup>

A historiografia contemporânea questiona a real existência de uma “escola” em Sagres. A educação pública infantil ainda não existia em Portugal nos

<sup>11</sup> Luis de CAMÕES. *Os Lusíadas*. Porto: Porto Editora, 1999. p. 134.

<sup>12</sup> Bailey W. DIFFIE.; George D. WINIUS. *A Fundação do Império Português*. Lisboa: Veja, s.d. p. 138.

<sup>13</sup> Gaetano FERRO. *Op. Cit.* p. 68.

séculos XV e XVI, e as instituições de ensino privadas eram privilégio dos filhos de Reis e dos “príncipes”. “Em 1529, já existiria uma espécie de exame para avaliar as capacidades dos cartógrafos. Não há nenhuma referência a que esse exame fosse precedido de quaisquer tipos de aulas para além da simples prática”.<sup>14</sup> As “aulas” sobre a produção de mapas eram ministradas em âmbito familiar, “até meados do século XVI, o que podemos chamar de ensino náutico processar-se-ia de uma forma eminentemente prática. Falamos, assim, de uma transmissão típica das profissões medievais de aprendiz para mestre”.<sup>15</sup>

Mas realmente existiu, em Sagres, na época denominada “Vila do Infante”, uma vila, onde D. Henrique construiu um estaleiro,

“Projetou novos tipos de navios e instrumentos náuticos, inaugurou o primeiro observatório astronômico da Europa e, com obstinada determinação, enviou os seus homens em busca da distante Índia”.<sup>16</sup>

Portanto, “os bancos da escola de Sagres foram as pranchas das caravelas” (Luciano Pereira da Silva).<sup>17</sup> Esse “esforço ilustrado” lhe batizou com o apelido de D. Henrique, “o navegador”, apesar do Infante ter feito apenas uma viagem ultramarina, à Conquista de Ceuta, no Norte da África. “D. Henrique foi de fato, o autêntico paladino do Renascimento português. Nesse sentido, o Infante teria sido, em Portugal, o nosso primeiro homem moderno”.<sup>18</sup>

Existiam dois tipos de cartógrafos, o cartógrafo de gabinete – que miniaturizava um mundo que ele nunca tinha visto com os próprios olhos, construído através dos diários de bordo e de sua imaginação –, e os que iam à bordo, que eram também navegadores. Os cartógrafos de gabinete eram também cosmógrafos, astrônomos, astrólogos, e artesãos responsáveis pela produção de instrumentos náuticos como a bússola e o astrolábio, portanto, artífices de várias áreas do conhecimento.

<sup>14</sup> Rita Cortez de MATOS. *O Cosmógrafo-Mor: O Ensino Náutico em Portugal nos séculos XVI e XVII*. IN: Joaquim Romero de MAGALHÃES. *Op. Cit.* 1999. p. 55.

<sup>15</sup> *Idem. Ibidem.* p. 56.

<sup>16</sup> Bailey W. DIFFIE. e George D. WINIUS. *Op. Cit.* p. 135.

<sup>17</sup> Paulo MICELI. *VIDA DE BORDO: entre ratos e catástrofes*. IN: Paulo MICELI (org.). *Op. Cit.* 2006. p. 70.

<sup>18</sup> José V. de Pina MARTINS. *Descobrimientos portugueses e Renascimento europeu*. IN: Adauto NOVAES (org.). *Op. Cit.* 1998. p. 184.

O cartógrafo quinhentista ou seiscentista dava cabo, praticamente sozinho, das poucas etapas da execução de um original a ser reproduzido: era ele também o gravador, quase sempre o impressor, e, não raro, o próprio vendedor de sua obra.<sup>19</sup>

“Além da formação, adaptação e desenvolvimento das artes e ciências da navegação astronômica, da construção naval e da cartografia –, foi indispensável a experiência longamente acumulada de navegadores iletrados. Foram eles que com seu saber ‘de experiências de feito’, acumulado num ritmo jamais submetido a nenhum programa ‘escolar’, enfrentaram a dura vida cotidiana travada a bordo dos navios. O grande desafio, portanto, estava em poder conciliar o conhecimento dos cosmógrafos, acumulado na sucessão de gerações, à prática de pilotos que, em alguns casos, eram incapazes até de ler as cartas e os instrumentos de orientação náutica, com o auxílio de marinheiros, cujo aprendizado se fazia diretamente nos trabalhos do mar”.<sup>20</sup>

### 5.3. AS “ESCOLAS” CARTOGRÁFICAS PORTUGUESAS, A UNIÃO IBÉRICA E A “ESCOLA” FRANCESA DE DIEPPE

Entre as cartas datáveis dos séculos XV e XVI, já que nem todos os mapas portugueses acerca dos descobrimentos são assinados, podemos concluir que, à época, reinaram em Portugal verdadeiras dinastias de cartógrafos.

“Os grandes expoentes desses centros de cartografia, responsáveis pelas mais belas obras no campo terrestre, celeste e náutico, tiveram seus nomes gravados para sempre na história do conhecimento geográfico do mundo”<sup>21</sup>,

entre eles, os Homem – Lopo, “mestre de mapas marinhos”, e seus filhos Diogo e André – e os Reineis – Pedro, e seu filho Jorge. “As ‘escolas’ cartográficas portuguesas dos séculos XV e XVI floresceram de forma ímpar, em quantidade e qualidade inigualáveis”<sup>22</sup> no espaço e no tempo. Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel são autores da *Tabula hec Regionis magni Brasilis*, do *Atlas Miller*, de 1519. Diogo Homem é autor da carta *Brasil/Patagônia*, do *Atlas de Diogo Homem*, de 1558.

<sup>19</sup> Cf. Cêurio de OLIVEIRA. *Op. Cit.*

<sup>20</sup> Paulo MICELI. *Rumo ao além-mar*. IN: Paulo MICELI (org.) *Op. Cit.* 2006. p. 13.

<sup>21</sup> Paulo MICELI. *Op. Cit.* 2002. p. 37.

<sup>22</sup> Alfredo Pinheiro MARQUES. *Op. Cit.* 1994. p. 10.

Os cartógrafos portugueses não só sabiam de cor os segredos da coroa lusitana sobre os descobrimentos marítimos, como também dominavam a tecnologia de ponta sobre as navegações. Os cartógrafos portugueses foram espionados e subornados a peso de ouro pelas coroas européias – os príncipes e os reis estrangeiros eram presenteados com os mapas-múndi portugueses, que, mais do que um instrumento, eram um símbolo de poder –, o que fez com que muitos fossem expatriados, e passassem a viver em outra pátria.

A cartografia portuguesa – que teve seu início com a vinda para Portugal do judeu Mestre Jaime de Maiorca, filho de Abraão Cresques, autor do *Atlas Catalão*, de 1375, da “escola” portulano catalã-maiorquina – teve seu fim com a União Ibérica (1580 – 1640). A união das duas coroas beneficiou a Espanha – que não precisou mais espionar e subornar os cartógrafos portugueses –, para onde migraram Diogo Homem – cujo planisfério é o primeiro a representar a forma da Terra após a viagem de circunavegação do Globo de Fernão de Magalhães –, Pedro e Jorge Reinel – que trabalharam na produção do padrão da viagem de circunavegação do Globo de Fernão de Magalhães, em Sevilha. Lopo Homem era Cavaleiro da Casa do Rei de Portugal, e nunca deixou Lisboa.

D. Sebastião (1557 – 1578) foi coroado rei aos três anos de idade, e educado por um padre jesuíta que lhe pregou os valores da cavalaria. Em 1578, saiu em Missão para conquistar a África dos mouros infíeis, mas morreu em Alcácer Quibir, em Marrocos, no Norte da África, sem descendentes e, portanto, sem deixar herdeiros. Com o fim da dinastia de Avis, havia três possibilidades de sucessão: Catarina de Portugal, neta de D. Manuel I (r. 1495-1521), “o Bem Aventurado” ou “o Afortunado”, e casada com D. João, Duque de Bragança, da futura dinastia de Bragança, seu filho ilegítimo D. Teodósio, D. Antônio Prior (padre) do Crato, ou Filipe II, Rei da Espanha, também neto de D. Manuel I, que foi reconhecido Rei de Portugal em 1580, e fundou a “Terceira Dinastia” ou a “Dinastia de Habsburgo”.

André Homem migrou para a França, aonde chegou a ser cartógrafo do Rei de França, o Embaixador português em Paris nunca conseguiu fazê-lo retornar a Portugal, nem mandá-lo assassinar a mando do Rei de Portugal D. Sebastião. O modelo português foi copiado e deu origem à “escolas” cartográficas como, por exemplo, a francesa de Dieppe, criada pelo padre e cartógrafo Pierre Descelliers, autor de dois mapas-múndi, de 1546, e de 1550. Os mapas-múndi “lusos-

franceses” tem características portuguesas devido a um cartógrafo anônimo português que viveu em Dieppe. No século XVI, os navegadores de Dieppe chegaram à América Portuguesa, onde fundaram colônia da Guiana Francesa.

#### 5.4. A POLÍTICA DE SIGILO

Portanto, os mapas-múndi sofriam o controle da “política de sigilo” do Estado português. As cópias ou impressões do denominado “Padrão Real” ou “Padrão Oficial”, produzidos em Lisboa para serem utilizados pelos navegadores, eram de uso restrito às viagens marítimas, e deveriam ser entregues na “Casa da Guiné, Mina e Índia”, assim que retornassem a Portugal. A “Casa da Guiné” foi criada pelo Infante D. Henrique, “o Navegador”, em Lagos. Depois da construção da Fortaleza de São Jorge da Mina, em 1481, já no reinado de D. João II (r. 1481 - 1495), “o Príncipe Perfeito”, a Casa foi transferida para Lisboa, onde passou a se denominar “Casa da Guiné e Mina”. A “Casa da Índia” foi criada depois do retorno de Vasco da Gama da Índia, em 1499, já no reinado de D. Manuel I.

As cartas produzidas em alto-mar também eram submetidas à aprovação do Rei de Portugal, que proibia a cópia ou a impressão, para preservar o monopólio das rotas entre os oceanos Atlântico e Índico.

“Mandava a lógica que se opusessem igualmente à saída de capitães, pilotos, cosmógrafos e cartógrafos, e, com eles, dos roteiros para as novas terras, das cartas de marear e de tudo o que ensinasse a nova ciência da posição e direção do navio pela altura dos astros e, mais que tudo, a do Sol do meio-dia”.<sup>23</sup>

“Utilizaram na defesa do monopólio, a limitação ou exclusão dos estrangeiros do meio social respectivo, o sigilo na sua política, em especial, pelo sequestro de documento, a organização da espionagem nos países concorrentes, e a política do ‘mare clausum’, utilizando a difusão de lendas proibitivas, o segredo geográfico, a organização por meio de tratados e delimitação de zonas e, finalmente, a aplicação de sanções violentas contra os transgressores”.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Jaime CORTESÃO. *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997. p. 39.

<sup>24</sup> *Idem. Ibidem*. p. 21.

D. Manoel I chega a decretar pena de morte a quem revelar os segredos da coroa lusitana.

“É certo que existiu a carta de ordenação respectiva no reinado de D. Manuel I, proibindo a pilotos, mestres e marinheiros portugueses de servir as nações estrangeiras, ‘sob pena que se o contrário fizerem e lhe for provado percam pelo mesmo feito todos os seus bens, e, além disso, sejam degredados por quatro anos para a Ilha de Santa Helena, porque pois em nossos reinos tem bem em que ganhar as suas vidas em nossas armadas e navegações, especialmente por termos tanta necessidade, mais razão é que sirvam a nós e aproveitem e trabalhem no bem e prol comum de nossos reinos do que fora deles’”.<sup>25</sup>

“Igual proibição existiu em relação ao Brasil, ou melhor, à Terra de Santa Cruz, e é sabido que o planisfério de Cantino se comprou a peso de ouro a um cartógrafo português desconhecido que, assim, violou o segredo geográfico, imposto pelo estado e cujo castigo, nesse caso, segundo informava outro espião italiano, ia até à pena de morte”.<sup>26</sup>

D. Manoel I também chega a restringir o espaço de representação do continente africano, para impedir a chegada à Índia de outras nações. A África austral só será pela primeira vez representada nas cartas estrangeiras.

“Nós passamos há poucos dias um nosso mandado por que entre outras coisas em ele contidas mandamos que não houvesse mais navegação nas cartas de marear de Guiné que até as ilhas do Príncipe e de S. Tomé e aquelas cartas que eram feitas de mais navegação fossem todas levadas a Jorge de Vasconcelos para lho tirar e isto tudo sob as penas no dito alvará contidas. Se estenda mais até ao rio de Manicongo e dali por adiante não passem em mar nem por costa. E sob as ditas penas defendemos que não façam nenhuns mestres das cartas de marear nem outros alguns oficiais nenhuma pomas (globos terrestres) grandes nem pequenas de pouco nem muito porque não queremos que se façam em maneira alguma e quem o contrário fizer incorrerá nas penas contidas no nosso dito alvará”.<sup>27</sup>

<sup>25</sup> Jaime CORTESÃO. *Op. Cit.* 1997. p. 40.

<sup>26</sup> *Idem. Ibidem.* 1997. p. 42.

<sup>27</sup> *Idem. Ibidem.* 1997. pp. 41-42.

“É sabido que a cartografia portuguesa de Quatrocentos se conhece muito mais pelo reflexo que deixou nas cartas e mapas estrangeiros e, acima de tudo, italianos, do que provavelmente pelos originais”.<sup>28</sup>

“Dessa sucessão de exemplares cartográficos italianos em que os descobrimentos portugueses vão sendo registrados, de uma maneira que apesar de tudo diríamos quase minuciosa, a sensação que se tira é a de que, pese embora a existência de uma política de sigilo que efetivamente tenha sido tentada, funcionaram sempre bastante bem os circuitos de abastecimento de fontes cartográficas portuguesas, e os italianos copiaram-nas abundantemente”.<sup>29</sup>

É curioso que as primeiras descobertas tenham sido registradas em mapas italianos e alemães, e não portugueses. Muitos cartógrafos italianos e alemães viviam em Portugal nos séculos XV e XVI.

“São patentes os reflexos portugueses nas cartografias européias durante os séculos XV-XVI, e isto é verdade, quer em relação à cartografia mediterrânica, quer em relação à cartografia alemã, quer em relação à cartografia ptolomaica”.<sup>30</sup>

“No segmento dos italianos, os alemães se tornam grandes editores da obra de Ptolomeu”.<sup>31</sup>

Embora a elite de cartógrafos portugueses tenha monopolizado a cartografia relativa às colônias portuguesas entre os séculos XVI e XVIII, a partir desse período, Portugal perde a hegemonia, como também sua própria produção passa a ser realizada por cartógrafos flamengos e holandeses.

“No princípio do século XVII, quando Portugal deixa de ser contado entre as nações, e se desmorona por todos os lados a monarquia anômala, inconsistente e desnatural de Filipe II, quando a glória passada já não pode encobrir o ruinoso do edifício presente, e se afunde a Península sob o peso dos muitos erros acumulados, então aparece franca e patente por todos os lados a nossa improcrastinável decadência”.<sup>32</sup>

<sup>28</sup> Jaime CORTESÃO. *Op. Cit.* p. 40.

<sup>29</sup> Alfredo Pinheiro MARQUES. *Op. Cit.* 1994. pp. 41-42.

<sup>30</sup> *Idem. Ibidem.* 1994. p. 39.

<sup>31</sup> *Idem. Ibidem.* 1994. p. 40.

<sup>32</sup> Antero de QUENTAL. *Op. Cit.* p. 263.

## 5.5. AS DESCOBERTAS E O IMPULSO DA CARTOGRAFIA

“Em finais do século XV e início do século XVI não se pode deixar de ter a impressão de que a história europeia, e mesmo mundial, se acelera de um modo extraordinário”.<sup>33</sup> No início do século XV, os ibéricos partiram para a mais extraordinária aventura marítima levada a cabo – que significa extremidade, ponta, começo ou fim – por um só país, que resultou na mais completa abertura do Mundo, desde a Ilha atlântica da Madeira, em 1419, até o Japão, em 1543, no século XVI.<sup>34</sup> “Foi uma onda, que levantada aqui, cresceu até ir rebentar nas praias do novo mundo”.<sup>35</sup>

O marco inicial da expansão marítima é a Conquista de Ceuta, em 1415, pelo Infante “D. Henrique, o Navegador”, um importante entreposto – que significa empório, armazém – de mercadorias no Norte da África, cobiçado pelos portugueses porque era o ponto de convergência das rotas do marfim e do ouro, dominado pelos mouros. “Há provas de que os navios do rei, atuando como corsários, participavam na pirataria que habitualmente tinha lugar entre marinheiros muçulmanos e cristãos”.<sup>36</sup>

À conquista Ceuta seguiram-se outras iniciativas, com destaque para Gil Eanes, que, em 1434, realizou a proeza de dobrar o Cabo Juby ou Cabo Bojador, confundido com o Cabo Não – que significa sobressalente, saliente –, visto como a entrada do “Mar Tenebroso”, coberto de trevas, já no reinado de D. Duarte (r. 1433 – 1438), irmão do Infante “D. Henrique, o Navegador”. “A partir de 1418, pode dizer-se que não passou um só ano sem uma expedição portuguesa no sentido do cabo Bojador”.<sup>37</sup>

“Não se conservou até nós nenhuma documentação de algum pormenor sobre as várias expedições ao longo deste pedaço da costa, relativa aos anos entre 1420 e 1434, se se realizaram, pelo menos uma por ano, no total foram umas treze ou catorze, como precisamente se indica num documento de um decênio seguinte”.<sup>38</sup>

<sup>33</sup> Eugenio GARIN. *O homem renascentista*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. p. 231.

<sup>34</sup> Cf. Alfredo Pinheiro MARQUES. *Op. Cit.* 1994.

<sup>35</sup> Antero de QUENTAL. *Op. Cit.* p. 261.

<sup>36</sup> Bailey W. DIFFIE. e George D. WINIUS. *Op. Cit.* p. 179.

<sup>37</sup> Gaetano FERRO. *Op. Cit.* p. 89.

<sup>38</sup> *Idem. Ibidem.* p. 89.

O Cabo Juby era receado pelos navegadores porque era um lugar cheio de vagalhões – grandes vagas, ondas, elevações na superfície de um mar ou de um oceano, produzidas pelo vento –, mergulhado em névoas, em brumas, devido ao vento alísio – vento de Nordeste no Hemisfério Norte, e de Sudeste no Hemisfério Sul – que soprava ali durante o ano inteiro. Gomes Eanes Zurara, em sua *Crônica de Guiné*, escreve que

“Nunca foi algum que ousasse de passar aquele cabo do Bojador para saber a terra de além, segundo o infante desejava. E isto por dizer a verdade, nem era com mingua de fortaleza, nem de boa vontade, mas por a novidade do caso, misturado com geral e antiga fama, a qual ficava já entre os mareantes de Espanha, quase por sucesso de gerações. Diziam os mareantes que depois desse cabo as correntes são tamanhas, que navio que lá passe, jamais nunca poderá tornar. E, portanto, os nossos antecessores nunca se entremeteram de o passar”.<sup>39</sup>

O Cabo Bojador também era temido pelos navegadores porque, segundo uma lenda criada pelos mouros e acreditada pelos cristãos, suas águas eram tão quentes, que entravam em ebulição, ferviam, e, portanto, eram intransponíveis, e era humanamente impossível sobreviver às altas temperaturas abaixo da Linha do Equador. João e Barros, em sua *Década*, escreve que

“Havia este negócio por cousa sem fruto e mui perigosa a todos os que andavam nessa carreira, por este comum provérbio que traziam os mareantes: *Quem passar o Cabo de Não, ou tornará ou não*. Porque diziam muitos, que como se havia de passar um cabo que os mareantes de Espanha puseram por termo e fim da navegação daquelas partes, como homens que sabiam não se poder navegar o mar que estava além dele, assim para as grandes correntes, como por ser mui apocelado, e com tanto fervor das aguagensque sorvia os navios?”<sup>40</sup>

Portanto, com a ultrapassagem do Cabo Bojador, os portugueses quebraram duas barreiras importantes: a física, e a psicológica. Mas se a transposição do Cabo Bojador quebra um encantamento, trás também um desencantamento, uma desilusão: a descoberta de que o Cabo Bojador não é a extremidade Sul, a ponta austral, o fim do continente africano.

<sup>39</sup> Maria Leonor Machado de SOUZA. *Uma hipótese romântica de fantástico nos Descobrimientos*. IN: António Mega FERREIRA e José Sarmiento de MATOS. (org.). *Op. Cit.* 1993. p. 66.

<sup>40</sup> *Idem. Ibidem.* 1993. p. 66.

“A África só era conhecida até os limites do Atlas, ignorava-se tudo sobre as nascentes do Nilo e sobejavam conjecturas fantasiosas sobre esse assunto, imaginava-se que a África era um continente minúsculo, inteiramente situado acima do Equador, do hemisfério Norte, e nada se conhecia de suas costas ocidentais até as navegações portuguesas, em torno de 1434”.<sup>41</sup>

Na primeira metade dos *trecentos*, em 1436, Jaime Ferrer, um judeu maiorquino, fez uma malsucedida viagem ao Sul do Cabo Bojador em busca da descoberta do “Rio do Ouro”, porque ali não há na verdade nenhum rio. A partida dessa viagem está registrada no *Atlas Catalão*, de Abraão Cresques, de 1375. Em 1436, Afonso Gonçalves Baldaia, um escudeiro do Infante “D. Henrique, o Navegador” fez uma outra viagem ao Sul do Cabo Bojador, em busca de escravos, e acreditou ter “descoberto” o “Rio do Ouro”. Na verdade, Afonso Gonçalves Baldaia chegou a uma Baía no Saara Ocidental, “que foi confundida com o estuário de um rio, inclusivamente do Senegal: um rio que trazia ouro e que por isso foi chamado ‘rio do Ouro’”<sup>42</sup>.

A expansão portuguesa ganhou maiores contornos a partir do reinado de D. João II, “o Príncipe Perfeito que olhava para o Sul e para o Oriente”<sup>43</sup>, filho de D. Afonso V (r. 1438 – 1481), “o Africano”, devido às conquistas que fez no Norte da África. A grande personagem desse período foi Bartolomeu Dias, que, em 1487, executou a empresa de dobrar o “Cabo”, antes, pelo próprio, denominado “das Tormentas”, devido às dificuldades para ultrapassá-lo, depois, rebatizado “da Boa Esperança”, pelo próprio Rei D. João II, porque a ultrapassagem e a descoberta da extremidade Sul do continente africano alimentavam a esperança de se chegar às Índias. Cai por terra o modelo cartográfico ptolomaico, que representava um *continuuus* territorial entre a Ásia e a África, não-circunavegável. Esse feito foi materializado na carta de 1489, de Henricus Martellus.

Em 1476, o genovês Cristóvão Colombo chega a Lisboa, em Portugal, onde vivia seu irmão, o cartógrafo Bartolomeu, ainda no reinado de D. Afonso V, e apresenta ao Rei o seu projeto de chegar às Índias, ao Oriente, navegando pelo Oceano Atlântico, pelo Ocidente. Mas D. Afonso V estava ocupado com o

<sup>41</sup> Claude KAPPLER. *Op. Cit.* p. 26.

<sup>42</sup> Gaetano FERRO. *Op. Cit.* p. 92.

<sup>43</sup> Bailey W. DIFFIE. e George D. WINIUS. *Op. Cit.* p. 179.

financiamento das viagens de descobrimento da costa ocidental africana em busca da descoberta da rota marítima para as “Índias” circunavegando o Sul da África, e reprova o seu projeto. Em 1485, Cristóvão Colombo vai buscar então financiamento para o seu projeto com os Reis Católicos de Espanha – recém unificada pelo casamento entre os Reinos de Castela e Aragão –, Isabel de Castela (r. 1474 – 1504) e Fernando I de Aragão ou Fernando V de Castela (r. 1474 – 1516). Em 1492, os Reis da Espanha aprovam o seu financiamento e, em 12 de Outubro, Cristóvão Colombo chega às Antilhas e “descobre” a América, o que preocupa os portugueses, já sob o reinado de D. João II.

A palavra Antilhas significa “anti-ilha”: de “anti”, oposto, e ilha. As Antilhas se localizam do lado oposto ao continente europeu, e do lado oposto ao Oriente, ao local da origem, onde se localizavam Adão e Eva, que deram origem à humanidade, o Jardim do Éden, e o “Paraíso Terrestre”. Portanto, eram o lugar do fim, e associadas ao diabo. Ou, por serem uma ilha, o lugar do “(re)começo”, porque Cristóvão Colombo “descobre” a América achando que tinha chegado em uma das ilhas asiáticas, as “Índias Ocidentais”. Portanto, a descrição geográfica das Antilhas por Cristóvão Colombo se confunde com a descrição de Marco Polo do Japão. O planisfério português anônimo *De Cantino*, de 1502, é o primeiro a registrar a palavra Antilhas, ou seja, não confunde “as Índias Ocidentais” de Cristóvão Colombo com o continente americano.

O verdadeiro acerto de Cristóvão Colombo foi ter cometido uma série de erros. Deus mostrou a Cristóvão Colombo a rota ao fazer com que ele lesse as obras e os mapas-múndi da *Geographia*, de Cláudio Ptolomeu, a Bíblia, o *Imago Mundi*, de Pierre D’Ailly, *O Livro de Marco Polo*, *As Viagens de Mandeville*, e a carta do florentino Paolo del Pozzo Toscanelli,

“Cosmógrafo e matemático italiano, foi um dos primeiros no final da Idade Média a defender a teoria de se chegar ao Extremo Oriente, partindo da Europa, navegando pelo Ocidente. Em 1474, teria enviado uma carta, juntamente com um mapa, ao rei Afonso V de Portugal, detalhando uma possível passagem para às Índias por oeste. Os portugueses preferiram, naquele momento, insistir numa rota marítima pelo Sul da África. Uma cópia da carta e do mapa, no entanto, teria sido enviada, por volta de 1480, pelo próprio Toscanelli, ao navegador Cristóvão Colombo”.<sup>44</sup>

<sup>44</sup> Geraldo CANTARINO. *Op. Cit.* p. 317.

Mas Cristóvão Colombo diz aos Reis Católicos de Espanha que, para a sua descoberta, não foram necessários mapas-múndi, apenas os *Livros Proféticos*.

“Por isso não causará espanto que os tempos modernos se abram e se encerrem sob a esperança do *tempo do fim*, quando, no dizer do profeta Daniel, ‘será aberto o livro dos segredos do Mundo’ (*Daniel* 12:4) e, no dizer de João Evangelista, serão vistos ‘um novo céu e uma nova terra, pois o primeiro céu e a primeira terra já passaram, e o mar já não existe’ (*Apocalipse* 21: 1)”.<sup>45</sup>

“Que dissera João no *Apocalipse*? Terminada a luta entre Cristo e o anticristo, aberto os sete selos, ouvidas as sete trombetas, cumprido o Juízo Final, o Senhor dá ao seu profeta a visão do ‘novo céu’ e da ‘nova terra’, completando a tarefa”.<sup>46</sup>

E, em 1492, sete anos depois de ter chegado à Espanha vindo de Portugal, em 1485, “o último reino islâmico da Europa é desmantelado”<sup>47</sup> – o Califado de Granada –, “os judeus são expulsos da Espanha”<sup>48</sup>, e Cristóvão Colombo descobre o “novo céu” do Hemisfério Sul, e a “nova terra”, a América.

“A vitória universal do cristianismo é o que anima Colombo, homem profundamente piedoso (nunca viaja aos domingos), que justamente por isso considera-se eleito, encarregado de uma missão divina, e que vê por toda parte a intervenção divina, seja no movimento das sondas ou no naufrágio de seu barco (numa noite de Natal!): ‘Por numerosos e notáveis milagres Deus se revelou no decorrer desta navegação’ (Cristóvão Colombo. *Diário*, 15/03/1493)”.<sup>49</sup>

Colombo era um homem moderno, e medieval ao mesmo tempo.

“Nosso Senhor bem sabe que eu não suporto todas essas penas para acumular tesouros nem para descobri-los pra mim, pois, quanto a mim, bem sei que tudo o que se faz nesse mundo é vão, se não tiver sido feito para a honra e o serviço de Deus”.<sup>50</sup>

Colombo queria partir em Cruzada e libertar Jerusalém.

<sup>45</sup> Marilena CHAUI. *Profecias e Tempo do Fim*. IN: Aduino NOVAES (org.). *Op. Cit.* 1998. p. 454.

<sup>46</sup> *Idem. Ibidem.* p. 458.

<sup>47</sup> Jacques ATALI. *Op. Cit.* p. 3.

<sup>48</sup> *Idem. Ibidem.* p. 3.

<sup>49</sup> Tzvetan TODOROV. *Op. Cit.* pp. 11-12.

<sup>50</sup> *Idem. Ibidem.* p. 11.

“No momento em que tomei as providências para ir descobrir as Índias, era na intenção de suplicar ao rei e à Rainha, nossos senhores, que eles se decidissem a gastar a renda que poderiam obter das Índias na conquista de Jerusalém”.<sup>51</sup>

“Esta empresa foi feita no intuito de empregar o que dela se obtivesse na evolução da Terra Santa à Santa Igreja”.<sup>52</sup>

Cristóvão Colombo não descobriu a América. Em primeiro lugar, “apenas haveria descoberta do ponto de vista da ignorância européia”<sup>53</sup>, mas “não teria havido descoberta se já não houvesse existência prévia”.<sup>54</sup> O continente americano nada tinha de novo, nem geográfica, nem historicamente. Em segundo lugar, Cristóvão Colombo não descobriu a América porque não a buscava, buscava sim chegar às “Índias”, ao Oriente, navegando pelo Oceano Atlântico, pelo Ocidente. Portanto, Cristóvão Colombo não identificou nem denominou a nova terra como um continente, em sua carta datada de 1493, Cristóvão Colombo descreveu ter descoberto e encontrado uma ilha asiática, as “Índias Ocidentais”.

Foi o cartógrafo alemão Martin Waldseemüller quem, em seu mapa-múndi da introdução intitulada *Cosmographiae Introductio*, da edição da *Geographia* de Ptolomeu, de 1507, batizou a América, em homenagem ao navegador italiano que migrou para Portugal, Américo Vespúcio, que, em uma carta datada de 1503, intitulada *Mundus Novus*, descreveu ter descoberto e encontrado a *Quarta Orbis Pars*, uma terra da qual ninguém jamais teve conhecimento. Para Cristóvão Colombo, a América era a “Quarta Península da Ásia”. Em 1501, Américo Vespúcio partiu de Lisboa em direção à Índia pela “Quarta Península da Ásia”, e descobriu a “Quarta Parte do Mundo”. Martin Waldseemüller, em seu *Cosmographiae Introductio*, escreve:

“Mas agora que essas artes do mundo foram extensamente examinadas e que a outra parte foi descoberta por Américo Vespúcio – como se verá pelo que se segue –, não vejo razão para que não lhe chamemos América, quer dizer, a terra de Americus, por Americus, seu descobridor, homem de engenho sagaz, assim como Europa e Ásia receberam já os seus nomes de mulheres”.<sup>55</sup>

<sup>51</sup> Tzvetan TODOROV. *Op. Cit.* p. 12.

<sup>52</sup> *Idem. Ibidem.* p. 13.

<sup>53</sup> Vitorino Magalhães GODINHO. *O que significa descobrir?* IN: Aduato NOVAES (org.). *Op. Cit.* 1998. p. 56.

<sup>54</sup> *Idem. Ibidem.* p. 57.

<sup>55</sup> Luís Adão da FONSECA. *Op. Cit.* P. 137.

Portanto, o conceito mais correto a ser utilizado em relação à “descoberta” da América não seria o de descobrimento, nem o de achamento – como Pero Vaz de Caminha denomina o achado do Brasil em sua carta datada de 1500 – mas o de encontro. O conceito de “Novo Mundo” também não é o mais correto a ser utilizado em relação à América. Em primeiro lugar, é a Europa quem denomina o que é o novo, em comparação ao que é o velho, o “Velho Mundo”. Em segundo lugar, se o continente americano não tinha nada de novo historicamente, e se houve um encontro entre o homem europeu e o índio americano, é porque ele não era vazio, deserto, de habitantes. Apenas, olhando do mar para o sertão, para o “(de)sertão”, deserto de significado, de cristãos.

“Na Europa do renascimento, as monarquias utilizaram-se do globo como símbolo de poder, especialmente ao tempo das viagens dos descobrimentos, quando a política colonial dos Estados fundava-se no projeto de expansão e conquista de todos os espaços da terra”.<sup>56</sup>

Em 1492, Martin Behaim – ou Martin da Boêmia, na Alemanha, apelido pelo qual ficou conhecido em Portugal o cosmógrafo alemão de Nuremberg que migrou para Lisboa –, construiu o primeiro Globo terrestre, baseado no planisfério do cartógrafo alemão Henricus Martellus, de 1489. Antes dos descobrimentos, “não podia existir um visão global do mundo, pois este era estilhaçado”.<sup>57</sup> “O Globo de Martin Behaim é um dos mais importantes monumentos da arte cosmográfica europeia do final dos tempos medievais”.<sup>58</sup>

O reinado de D. João II também foi marcado pelas negociações entre a Espanha e Portugal em relação à divisão do “Novo Mundo”. Em 1493, os espanhóis e os portugueses negociaram com o Papa Alexandre VI, a bula *Inter Coetera*, que, segundo as leis da Idade Média, dava o direito de posse das terras desabitadas, descobertas ou por descobrir, aos reis de Castela e Aragão, desde que já não estivessem em posse de outra nação cristã, como Portugal. Como foi possível, então, Cristóvão Colombo tomar posse das terras habitadas da América em nome dos Reis Católicos de Espanha? Esvaziando-a de habitantes, esvaziando

<sup>56</sup> Paulo MICELI. *A Oficina do Cartógrafo*. IN: Paulo MICELI. *Op. Cit.* 2002. p. 140.

<sup>57</sup> Bartolomé BENASSAR. *Dos mundos fechados à abertura do mundo*. IN: NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 83.

<sup>58</sup> Paulo MICELI. *Op. Cit.* 2002. p. 143.

de significado seus habitantes, não-cristãos, e denominado-a de *terrae nullus*, terra nula.

Em 1494, seis anos antes da “descoberta” do Brasil, a Espanha e Portugal assinaram o Tratado de Tordesilhas, que, portanto, não dava aos portugueses a posse das terras brasileiras, nem dividia a América entre os portugueses e os espanhóis. O Tratado de Tordesilhas dava a Portugal o monopólio da rota marítima entre os oceanos Atlântico – Portugal já detinha o monopólio das terras da costa ocidental da África – e Índico. O tratado de Tordesilhas dava a Portugal o monopólio da costa oriental da América. Os modernos “(re)descobriram” a esfericidade da Terra, “descoberta” pelos antigos. Portanto, se a linha do Tratado de Tordesilhas dividia o hemisfério ocidental, também dividia o hemisfério oriental, e dava a Portugal a posse das Ilhas Molucas, no Oceano Pacífico, de onde vem as especiarias.

Portanto, o Tratado não dizia respeito só à América, mas ao Império Marítimo Português. Uma das características do Império Português, ao contrário, por exemplo, do Império Romano, é que o Império Português é um império marítimo. “As bulas pontificias, estabelecidas *ad Indos*, garantiam a validade dos novos horizontes do *mare clausum*, e a política imperial via-se culturalmente justificada. *Orientem tandem conjuntix Occidenti*”.<sup>59</sup> Havia uma idéia messiânica de fundação de um “Quinto Império”, que desse sucessão aos impérios Assírio, Babilônico, Grego e Romano. Portanto, o mar não é um obstáculo para Portugal, é ele quem une os três reinos do Império, o da África, o da Índia e o da América. “Navegar é preciso, viver não é preciso”.<sup>60</sup>

“Em termos práticos isto queria dizer que a parte do mundo atribuída a Portugal pelo tratado de Tordesilhas ficava a leste de uma linha definida mais ou menos a partir da Ilha de Marajó à foz do Rio Amazonas, até o sul do Rio da Prata no continente americano, atravessando a África e a Índia, e indo até as Molucas. Ou então, em termos marítimos, o Oceano Atlântico, o Mar Árábico, o Mar Vermelho e o Golfo Pérsico, o Oceano Índico, o Mar da China e parte do Pacífico”<sup>61</sup>.

<sup>59</sup> Vitorino Magalhães GODINHO. *Op. Cit.* p. 66.

<sup>60</sup> Fernando Pessoa. *Navegar é preciso*. IN: Fernando PESSOA. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1965.

<sup>61</sup> A. J. R. RUSSEL-WOOD. *Op. Cit.* p. 44.

O Tratado de Tordesilhas foi representado, pela primeira vez, no planisfério *De Cantino*, de 1502.

A expansão marítima portuguesa para o Oriente prosseguiu sob o reinado de D. Manuel I, coroado com a expedição de Vasco da Gama, a quem coube a glória da chegada às “Índias”, por mar, em 1498.

“A mais importante de todas as viagens portuguesas foi a de Vasco da Gama, que, em 1498, chegou, pela primeira vez, aos mares das Índias e, depois, à própria Índia, na costa de Calicute. Essa foi a viagem que maior impacto causou na época, muito mais do que a descoberta da América, ocorrida seis anos antes sem, no entanto, resultar em nenhum benefício econômico pra a Europa até muitas décadas depois”.<sup>62</sup>

“Os portugueses, vivendo na extremidade ocidental da Europa, foram os primeiros a lançar-se nessa aventura de desbravamento das novas rotas: encontraram o Cabo da Boa Esperança, contornaram-no e, finalmente, chegaram às Índias das especiarias, provocando uma completa reviravolta no quase monopólio árabe-veneziano do seu comércio e uma verdadeira revolução nas concepções geográficas e cosmográficas do mundo renascentista”.<sup>63</sup>

Assim que Vasco da Gama chega a Calicute, na Índia, os portugueses enviam outro navegador, Pedro Álvares Cabral (1467-1520), em uma segunda expedição, para tomar posse das “Índias”.

“Provavelmente orientado por d. Manuel, partir predisposto a sair da rota para, finalmente, oficializar a descoberta das tais terras ao Ocidente, parte delas já somadas ao reino e Espanha. O feito tornaria o mundo menos fantástico e o reino luso muito maior e mais rico”.<sup>64</sup>

Cabral desvia-se da rota e, em 22 de abril de 1500, anuncia ao Rei que havia aportado em uma nova terra, “descobre” o Brasil. O primeiro mapa a representar o Brasil é o mesmo planisfério português anônimo *De Cantino*, de 1502. Mas, “não caberia limitar o fato do descobrimento, ainda que construído à

---

<sup>62</sup> Henrique CARNEIRO. *Op. Cit.* p. 78.

<sup>63</sup> *Idem. Ibidem.* p. 81.

<sup>64</sup> Rosa NEPOMUCENO. *Op. Cit.* p. 61.

sociedade pelas fantasias de um cálculo por assim dizer preciso, ao acosto aleatório numa praia baiana que era a total negação de um porto seguro”.<sup>65</sup>

“Depois da temporada na Terra de Santa Cruz, onde descansaram à sombra e com água fresca, rezaram, Cabral e seus marujos seguiram viagem à Índia, enquanto uma caravela levava a Portugal a notícia do descobrimento, as cartas de Pero Vaz de Caminha. A chegada ao paraíso das especiarias, no Oriente, pelo contrário, foi dramática: Cabral perdeu navios e tripulação num naufrágio próximo ao tal cabo das Tormentas cujo nome o rei mudara, inutilmente, para Boa Esperança. Nosso descobridor ganhava fama de navegador sem estrela: frei Henrique Coimbra, que rezara a primeira missa no Brasil, e o próprio Bartolomeu Dias, sumiram no mar. O comandante chegou a Calicute desfalcado de gente. Pressionado, o soberano permitiu que os lusos instalassem a tão ansiada feitoria num ponto da praia. Os nativos a atacaram de surpresa matando Caminha”.<sup>66</sup>

O nome Brasil tem duas origens. Vem da ilha *Hy-Bresail*, uma ilha imaginária no Norte do Oceano Atlântico – “sempre coberta por nevoeiro, era vista muito raramente. A cada sete anos, o nevoeiro se dissipava e aquela ilha encantada aparecia por inteiro”<sup>67</sup>–, que iludiu navegadores e cartógrafos à procura do “Paraíso Terrestre” na Idade Média. Se acreditava que a “Ilha Brasil” se localizava na costa Oeste da Irlanda ou da Escócia, de onde teria partido São Brandão, na localização das Ilhas Afortunadas. Cristóvão Colombo escreveu em seu exemplar do *Imago Mundi* de Pierre D’Ailly que o Paraíso terrestre é certamente o lugar que os autores denominam ilhas Afortunadas. A Irlanda é conhecida como a “Ilha Esmeralda”, porque é um lugar onde chove muito e, portanto, suas terras são muito verdes. “Podemos muito bem imaginar que o navegador que se aproximava da costa do Brasil estivesse pensando que se tratava da lendária ilha”.<sup>68</sup>

*Bresail* é o nome de um semideus pagão, formado a partir de duas sílabas gaélicas – grupo lingüístico celta que deu origem ao irlandês e ao escocês. *Hy* é uma variante lingüística do *i*, que, no irlandês antigo, significa “ilha”. *Bres* e *Ail* significam “Bem-Aventurado”. Portanto, Brasil significa “ilha dos Bem-

<sup>65</sup> Gerd BORNHEIM. *A descoberta do homem e do mundo*. IN: Aduino NOVAES (org.). *Op. Cit.* 1998, p. 17.

<sup>66</sup> Rosa NEPOMUCENO. *Op. Cit.* pp. 65-66.

<sup>67</sup> Geraldo CANTARINO. *Op. Cit.* p. 41.

<sup>68</sup> Jorge MAGASICH-AIROLA ; Jean-Mark de BEER. *Op. Cit.* p. 216.

Aventurados”.<sup>69</sup> Mas o nome Brasil também vem de do português *brasa*, devido à cor de brasa, vermelha, da madeira do Pau-Brasil – árvore também denominada de *Ibirapitã* ou Ibirapitanga, de *ibirá*, pau, e *pytã*, vermelho –, a primeira riqueza comercial encontrada no Brasil, antes do ouro.

“Esses nomes estariam associados a um pau de tinturaria que vinha do Oriente, trazido pelos árabes, que por sua vez o chamavam de *bakkan* (ardente). Na tradução para o latim, teria virado *bresilium*, por causa da analogia da raiz semítica *bakkan* (ardente) com a ariana *bradsch* (*brasa* em português, *brace* em italiano e *braise* em francês)”.<sup>70</sup>

Na Europa, o Pau-Brasil era utilizado na fabricação de tinta vermelha nas indústrias têxteis da Inglaterra e da França. O nome Brasil já figurava em portulanos anteriores às descobertas dos portugueses, havia um nome à procura de aplicação, exatamente como Antilhas.<sup>71</sup>

A palavra ilha, que vem do latim *insula*, significa isolada, isolamento territorial. A própria localização de Portugal é insular em relação ao resto da Europa, isolado “de mar e de Espanha” por todos os lados.

“Portugal é um oásis ou uma ilha conforme o ponto de vista... e a gente aqui prisioneira adquiriu um complexo de ilhéu oscilando entre a aventura fora e a passividade dentro, ou ainda vivendo a aventura pela imaginação, sem sair do mesmo lugar...”.<sup>72</sup>

Portanto, era urgente abandonar a terra em busca do mito da ilha longínqua e longilínea, oposta às limitações do espaço territorial português.

Os arquipélagos foram um meio-caminho entre a Europa e a América, e serviram de escalas para a alimentação, o descanso e o reabastecimento de navegadores e navios. As ilhas também foram um porto seguro na travessia do Oceano Atlântico, o “Mar Tenebroso”, e serviram de abrigo para as tempestades. “Na expansão marítima dos povos europeus dos séculos XV e XVI, as ilhas foram passos e abrigos nos caminhos do mar. Lugares obrigatórios de pontuação por entre os sons do mar, como se diz em Quinhentos”<sup>73</sup>.

<sup>69</sup> Cf. Geraldo CANTARINO. *Op. Cit.*

<sup>70</sup> *Idem. Ibidem.* p. 56.

<sup>71</sup> Cf. *Idem. Ibidem.*

<sup>72</sup> António José SARAIVA. *A Cultura em Portugal: Teoria e História*. Lisboa: Bertrand, 1982. p. 86.

<sup>73</sup> Luís Filipe BARRETO. *Op. Cit.* p. 6.

“Preciosas alfaias no lavrar dos mares. Pontos e portos de abrigo para melhor aguardar os ventos e as marés. Estalagens e fortalezas, naturais e obrigatórias, para o bem cumprir dos caminhos do mar”.<sup>74</sup>

“Não se admira pois que as grandes conquistas territoriais dos portugueses nos mares da Ásia sejam ilhas ou penínsulas insulares”<sup>75</sup>, “sonho sobretudo ligado às ilhas, que são o preço do Oceano Índico, mar semeado de ilhas”<sup>76</sup>, como o Ceilão (o Sri Lanka), a Taprobana (a Sumatra), as Ilhas Molucas, e o Cipango (o Japão). Mas os portugueses também buscaram encontrar as ilhas míticas do Oceano Atlântico, como as “Ilhas Afortunadas”, a “Ilha de São Brandão”, a “Ilha das Sete Cidades”, as “Antilhas”, e a “Ilha Brasil”.

As ilhas representam o mundo em miniatura. “As ilhas são a expressão minimalista da territorialidade, a pequena continentalidade rodeada de mar por todos os lados”.<sup>77</sup> “Isolada e de difícil acesso, a ilha constitui um universo fechado, lugar propício a todos os sortilégios”.<sup>78</sup>

“A ilha, ao contrário do continente, onde o maravilhoso está sempre englobado num conjunto que “dilui” seu encanto, é um universo fechado, dobrado, sobre si mesmo. Por natureza, a ilha é um lugar onde o maravilhoso existe por si mesmo, fora das leis comuns e num regime próprio: é o lugar do arbitrário”.<sup>79</sup>

As ilhas flutuantes, “que não estavam fixas, que vagabundeavam ao acaso pelo mar largo”<sup>80</sup>, que vagavam sem destino, sem fim, simbolizavam o desarraigamento, o desenraizamento. Nem mar, nem terra, as ilhas eram entremeios entre o “Velho Mundo” e o “Novo Mundo”, espaços de tempo, de espera, de esperança, de expectativa, de errância. As ilhas eram laboratórios para se experimentar o desconhecido.

“Para o navegador, as ilhas são muito mais do que pontos de terra desenhados nos mapas, elas estão carregadas de uma espera inconsciente. A ilha é a materialização de sua esperança. Mas ao mesmo tempo ele a teme, sobretudo se for desconhecida”.<sup>81</sup>

<sup>74</sup> Luís Filipe BARRETO. *Op. Cit.* p. 6.

<sup>75</sup> *Idem. Ibidem.* p. 6.

<sup>76</sup> Jacques LE GOFF. *Op. Cit.* 1993. p. 274.

<sup>77</sup> Luís Filipe BARRETO. *Op. Cit.* p. 6.

<sup>78</sup> Jorge MAGASICH-AIROLA; Jean-Mark de BEER. *Op. Cit.* p. 197.

<sup>79</sup> Claude KAPPLER. *Op. Cit.* p. 36.

<sup>80</sup> Juan GIL. *As Ilhas Imaginárias*. IN: Joaquim Romero de MAGALHÃES. *Op. Cit.* 2001. p. 13.

<sup>81</sup> Jorge MAGASICH-AIROLA; Jean-Mark de BEER. *Op. Cit.* p. 197.

“As ilhas são também complexas criaturas culturais, um micro-espaco, em si mesmo relativamente isolado. Para o exterior, contudo, são um ponto numa rede de múltiplas relações. As ilhas são ambivalentes. São oficinas de mestiçagem física e cultural”.<sup>82</sup>

Mais do que “lugares de iniciação, formação e experimentação de gentes e de produtos, de técnicas e de costumes”<sup>83</sup>, “as ilhas são espaços de construção de utopias”<sup>84</sup>. O prefixo latim *u* é um prefixo de negação, e *topos* significa lugar, portanto, *utopia* significa não-lugar. Um país imaginário, criado, em 1516, por Thomas Morus, onde seus habitantes viviam em uma espécie de “Paraíso Terrestre”, mas civilizado, que as cidades da Europa não representam mais.

Em 1513, no domingo de Páscoa – no século XVI denominada *Páscoa florida* – o navegador espanhol Ponce de León, que estava em busca da “Fonte da Juventude”, localizada em uma ilha ao Norte de Cuba, desembarcou em uma terra, que confundiu com uma ilha, que denominou de *Flórida*.

Em 1513, o espanhol Vasco Nunez Balboa cruzou o istmo – faixa de terra que liga uma península a um continente – do Panamá, avistou o “Mar do Sul” e “descobriu” o Oceano Pacífico, apesar dos portugueses já terem chegado às Ilhas Molucas, em 1511. O Oceano Pacífico foi denominado assim por Fernão de Magalhães, devido à sua calmaria.

Em 1518, Fernão de Magalhães navegou em direção ao Sul do Oceano Atlântico e descobriu a passagem interoceânica que liga o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico, denominada de “Estreito de Magalhães” em sua homenagem. Fernão de Magalhães prosseguiu viagem e descobriu também o Arquipélago das Filipinas, onde morreu. Após a sua morte, sua expedição retornou à Europa e completou a primeira viagem de circunavegação do Globo, em 1522. As Filipinas foram denominadas assim em homenagem ao filho do Rei Carlos I (r. 1516 – 1556), de Espanha ou Carlos V (1530 – 1556), Imperador do Sacro Império Romano Germânico, Filipe II.

Em 1543, já no reinado de D. João III (1521 – 1557), “o Piedoso”, devido à sua devoção religiosa, os portugueses chegaram ao Japão, o Cipango de Marco Polo. Os portugueses já tinham contato direto com os mercadores japoneses, que aportavam nas ilhas chinesas, mas foi um naufrágio que levou os portugueses a

<sup>82</sup> Luís Filipe BARRETO. *Op. Cit.* p. 7.

<sup>83</sup> *Idem. Ibidem.* p. 6.

<sup>84</sup> Joaquim Romero de MAGALHÃES. *Op. Cit.* 2001. p. 5.

desembarcar numa ilha japonesa. São Francisco Xavier, o “apóstolo do Oriente” estava na China quando chegou a notícia da “descoberta” do Japão, e se dirigiu para o Japão para expandir a fé cristã, onde construiu – financiado por Fernão Mendes Pinto – a primeira igreja cristã do Japão.

## 5.6. O “(DES)COBRIMENTO” OU O “(EN)COBRIMENTO” DO NEGRO AFRICANO E DO ÍNDIO AMERICANO

O etnocentrismo ou o “eurocentrismo” que marcou a ferro e fogo a Conquista do “Novo Mundo” eram sentimentos inevitáveis, no sentido mesmo de fatais, no “Velho Mundo” nos séculos XV e XVI. Portanto, não podemos “tomar tudo o que os europeus escreveram e pintaram como uma visão acurada e confiável das terras e povos do Novo Mundo”<sup>85</sup>, cabe

“Menos distinguir entre representações falsas ou verdadeiras do que observar atentamente a natureza das práticas representacionais que os europeus transplantaram para a América e exibiram na tentativa de descrever para seus compatriotas aquilo que viam e faziam”.<sup>86</sup>

“Só podemos estar certos de que as representações europeias do Novo Mundo revelam-nos algo da prática de representação dos europeus”.<sup>87</sup>

“Os mapas antigos são uma das ferramentas mais valiosas que possuímos para compreender o passado”<sup>88</sup>, pois eles nos possibilitam ver através dos olhos de homens que estão e são distantes no espaço e no tempo. Mais do que o que avistaram os descobridores europeus que atravessaram os oceanos Atlântico e Índico em direção à Ásia, ao Sul da África e a América, a cartografia dos séculos XV e XVI revela o que os gregos antigos denominavam de *Alethéia*.

Segundo a mitologia grega, dois rios corriam no inferno: a fonte da memória, a *Mnemosýne* – na mitologia grega, a *Mnemosýne*, a memória, dá a luz às nove musas, frutos de nove noites de amor com o deus Zeus, dentre elas *Clio*: a

<sup>85</sup> Stefen GREENBLATT. *Op. Cit.* p. 23.

<sup>86</sup> *Idem. Ibidem.* p. 23.

<sup>87</sup> *Idem. Ibidem.* p. 24.

<sup>88</sup> Philip CURTIS. *Op. Cit.* 2002. p. 27.

História –, e a fonte do esquecimento, o rio *Lethe*, que significa latente, oculto. A verdade em grego se escreve de forma negativa – o prefixo *a* é um prefixo de negação –, porque “a essência grega da verdade não é o aparecimento do fenômeno dentro de um luminoso horizonte de presença, mas de um não-esconder”<sup>89</sup>. Logo, *alethéia* significa “(des)ocultamento”.

“Assim, a categoria do oculto, do escondido, que andava subtraído à vista humana, e, face a ela, o pensamento e a ação de *des-ocultar*, de tornar manifesto o que se encontrava escondido, de abrir a via de acesso a esse mundo anteriormente ignorado, quer pelo escrito, quer pela memória”.<sup>90</sup>

A verdade só vem à tona quando conhecemos o seu negativo, porque o esquecimento não é o oposto da memória: esquecer é condição primeira para lembrar. “As lembranças precisam ser continuamente descartadas e combinadas, somente o esquecimento possibilita classificar e estabelecer uma ordem no caos”<sup>91</sup>, porque restaurar o passado integralmente e integralmente é impossível. Portanto, o esquecimento é uma das faculdades da memória: a de seleção, a de apagamento. Mas o apagar “tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os rastros, afastar da verdade”<sup>92</sup>. Porque “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”<sup>93</sup>.

O problema do que Tzvetan Todorov denomina de e em *Os Abusos da Memória*, não está na escolha de alguns fatos do passado para serem conservados, mas que os homens apropriem-se da memória coletiva para se manterem no poder. “Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”<sup>94</sup>. Para os descendentes das populações africanas e ameríndias, a cartografia dos descobrimentos marítimos ibéricos em África, Ásia e América através dos oceanos Atlântico e Índico nos séculos XV e XVI trazem à tona uma outra verdade: a da escravização do negro e

<sup>89</sup> Paolo ROSSI. *Ricordare e dimenticare*. IN: *Il passato. La memoria. L'oblio*. Bolonha: Il Mulino, 1992. p. 17.

<sup>90</sup> Vitorino Magalhães GODINHO. *Op. Cit.* p. 64.

<sup>91</sup> David LOWENTHAL. *Como conhecemos o passado*. Revista Projetos de História, nº 17. São Paulo: PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em História, novembro de 1998. p. 95.

<sup>92</sup> Paolo ROSSI. *Op. Cit.* p. 25.

<sup>93</sup> Jacques LE GOFF. *Memória*. IN: *Memória/História*. IN: *Enciclopédia Einaudi*, vol.1 Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. p. 13.

<sup>94</sup> *Idem. Ibidem.* p. 47.

da dizimação das civilizações indígenas pré-colombianas e pré-cabralinas das Américas Espanhola e Portuguesa. “Existe coisa mais prazerosa que fazer-se de intérprete de todos aqueles os quais a história é incapaz de lembrar-se porque não quis lembrar?”<sup>95</sup>

A produção de um mapa não é uma profissão inocente. Ao traçar uma linha, uma fronteira, um limite – um traço assimétrico, desarmonioso e hierárquico – os cartógrafos delimitam os homens que estão dentro, no interior, e os que estão fora, no exterior, às margens daquela sociedade, que não pertencem àquela sociedade.

“Toda margem delimita: ao mesmo tempo inclui e exclui, integra e divide, transita entre o diferente e o mesmo: a descoberta foi a ponte lançada entre as duas margens, a civilização ocidental e as civilizações primitivas”.<sup>96</sup>

E, ao preencher o espaço interno com símbolos, preenchem também o espaço externo com o vazio, incluem o que será representado e excluem o que não será representado, o que, mais do que ocultado, será apagado, silenciado. “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.<sup>97</sup>

A África foi o continente onde Portugal iniciou suas descobertas e suas Conquistas, de e em Ceuta, em 1415. Do Norte da África, os portugueses já conheciam o mouro, o infiel, que representava um obstáculo à expansão da fé e do território cristão, mas de cor clara, branca. Mas mais ao sul da África eles encontraram novos homens, novos na cor, escura, preta, comumente associada aos animais, as impurezas, ou ao diabo: o negro africano. O Rio Senegal, a *Terra dos Negros*, mais do delimitar o espaço habitado pelos homens do Saara e do Marrocos e os homens das Costas do Marfim, do Ouro e dos Escravos, delimitava a existência de duas Áfricas, “dividindo os homens brancos e pretos uns dos outros”.<sup>98</sup>

“Sobre a Guiné, o seu ouro, o seu marfim, os seus mercadores de escravos, havia largo conhecimento no Magrebe graças às caravanas de camelos

<sup>95</sup> Paolo ROSSI. *Op. Cit.* p. 23.

<sup>96</sup> Aduato NOVAES (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 7.

<sup>97</sup> Jacques LE GOFF. *Op. Cit.* 1986. p. 13.

<sup>98</sup> Luís Adão da FONSECA. *Op. Cit.* p. 70.

transaarianas”.<sup>99</sup> O negro africano era um novo homem, mas, paradoxalmente, era um homem velho, porque, antes de encontrá-lo e de conhecê-lo, o europeu já fazia dele uma imagem negativa, pejorativa, criada e deslocada de seu *habitat* natural para a Europa pelos mouros do Norte da África. Portanto,

“Os textos que retratam o Africano, por mais descritivos que sejam não revelam uma qualquer ‘realidade’ que não existe como entidade autônoma, mas a sua *representação*, ou seja, são (re)construções de um objeto. Essa construção, ou mesmo recriação, faz-se de acordo com as categorias culturais e mentais de quem viu ou (e) de quem escreve”<sup>100</sup>

, externas a esses autóctones.

Os primeiros cativos eram berberes do deserto e não habitantes da África sub-saariana. Mas

“O impacto psicológico da captura dos primeiros escravos africanos foi maior do que o causado pela ultrapassagem do cabo Bojador. Com eles se manifestaram as primeiras razões palpáveis para viagens tão arriscadas. Perante o grande interesse demonstrado por eventuais concorrentes. D. Henrique obteve de seu irmão D. Pedro o direito exclusivo à navegação para a Guiné. Em 1443 conseguiu também uma bula papal confirmando esses direitos”.<sup>101</sup>

Ainda em sua *Crônica de Guiné*, Gomes Eanes Zurara escreve:

“Quando viram os primeiros Mouros, e segundos... (e) terceira presa... (os que escarneciam) confessavam a sua mingua, havendo-se por néscios... diziam que o infante não podia ser senão outro Alexandre... vendo as casas dos outros cheias de servos e servas”.

Manuel Ribeiro da Rocha, em *Etíope resgatado*, condena a cumplicidade dos traficantes portugueses que compravam escravos negros na África para vender na Europa conhecendo de antemão as injustiças dos cativeiros, mas atribui aos próprios africanos, e não aos gregos, a prática da escravidão. Sebastião da Rocha Pita, em seu *História da América Portuguesa. Desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento até o de mil e setecentos e vinte e quatro*, escreve que “os negros preferem a liberdade entre as feras que a sujeição entre os homens”. Mas,

<sup>99</sup> Vitorino Magalhães GODINHO. *Op. Cit.* p. 65.

<sup>100</sup> José da Silva HORTA. *O Africano: produção textual e representações (séculos XV-XVII)*. IN: Fernando CRISTÓVÃO (coord.). *Op. Cit.* 2002. pp. 265-266.

<sup>101</sup> Bailey W. DIFFIE; George D. WINIUS. *Op. Cit.* p. 96.

para Gomes Eanes Zurara, em sua *Crônica da Guiné*, “a sua condição presente era muito melhor do que quando viviam ‘em perdição das almas’. Anteriormente, por viverem como bestas ‘não sabiam que era pão nem vinho’”. O Jesuíta Padre Antônio Vieira, em seu *Sermão XVIII pregado durante a festa de N. S. do Rosário na Bahia em 1680*, vai mais além ao afirmar que “os etíopes (os negros) são eleitos de Deus e feitos a semelhança de Cristo para salvar a humanidade através do sacrifício, e os escravos devem agradecer o que parece ser cativo, mas é de fato milagre”.

Em 1492, a Europa descobre uma nova terra e um novo homem: a América, que, devido à sua natureza paradisíaca, vai ser confundida com o Paraíso Terrestre, localizado nas “Índias”, no Oriente, e o “índio” do Ocidente. Os portugueses e os espanhóis já conheciam outros homens – o oriental do Extremo Oriente, o árabe do Oriente Médio, o mouro do Norte da África e o negro da África sub-saariana –, mas, pela cor da pele –

“Todos são como os canarinhos, nem negros, nem brancos. São mais claros que os de outras ilhas (Cristóvão Colombo. *Diário*, 11.10.1492). Entre outros, tinha visto jovens tão brancas quanto é possível ser na Espanha (Cristóvão Colombo. *Diário*, 13.12.1492)”<sup>102</sup> -

e pela nudez – ainda em seu *Diário*, Cristóvão Colombo escreve que “aquela gente não conhece a vergonha, serão talvez semelhantes a Adão antes da queda?” –, que vai ser interpretada como um sinal de pureza, o índio americano vai ser confundido com os homens primitivos da “Idade do Ouro” grega, e vai ser representado com características helênicas.

“Levado pela imaginação dos conquistadores, o mito da Fonte da Juventude atravessou o oceano. Os europeus ficaram fascinados pela vegetação luxuriante, pelas paisagens idílicas e, curiosamente, pela beleza física e pela juventude dos aborígenes. Trinta anos era então considerado como a idade perfeita: segundo as tradições judaicas antigas retomadas pelo cristianismo, Adão tinha a aparência de um homem de trinta anos quando foi criado por Deus. Foi aproximadamente com essa idade que Cristo ressuscitou e que os mortos ressuscitarão no dia do Juízo Final. Colombo se encontra sob o encantamento dessa natureza tão generosa, para ele, os novos territórios e seus habitantes fazem

---

<sup>102</sup> Tzvetan TODOROV. *Op. Cit.* p. 42.

parte de um mundo de perfeição, que a velhice não pode atingir”.

<sup>103</sup>

Em sua *Carta Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, Caminha escreve que

“O europeu é o símbolo civilizacional, a personificação da verdadeira religião, o negro, seu oposto, físico e cultural: não é totalmente primitivo, nem desconhecedor das regras religiosas, mas ‘a ingenuidade do indígena brasileiro é quase total’”.

“De tal modo que, inconscientemente, se generalizou a idéia simplista de que as Américas eram o ‘Novo Mundo’ edênico (de Éden) da felicidade, e a África o continente da tristeza e da desgraça”.<sup>104</sup>

Mas, à medida que a descoberta passa às fases de Conquista, exploração e colonização, a imagem do *bon sauvage*, o “bom selvagem”, dá lugar à do selvagem, a do Canibal que se alimenta de carne humana. A palavra Canibal vem de Caraíba, “habitante das Antilhas”, do Caribe, e significa “antropófago”.<sup>105</sup>

“Os índios dizem a palavra *Cariba*, designando os habitantes (antropófagos) do Caribe. Colombo entende *caniba*, ou seja, gente do Can. Mas entende também que, segundo os índios, estas personagens tem cabeça de cão (do espanhol *can*), com as quais, justamente, comem-nos”<sup>106</sup>.

O choque que os portugueses tomaram quando descobriram que os índios do Paraíso Terrestre comiam carne humana foi fatal. Era uma mancha na pureza.

<sup>107</sup> Se o Novo Mundo físico não poderia ser mais do que um prolongamento do Antigo, o Oriente, nele deveriam se encontrar as mesmas plantas... mas os homens? Conheceriam Deus? Comer-se-iam entre si? Haveria monstros entre eles?<sup>108</sup>

Os portugueses e os espanhóis também condenaram os cultos e os rituais indígenas “demoníacos” que utilizavam sangue animal ou humano em sacrifícios. A grande personagem da demonologia americana é o diabo: é ele que torna a

<sup>103</sup> Jorge MAGASICH-AIROLA; Jean-Mark de BEER. *Op. Cit.* p. 81.

<sup>104</sup> Fernando CRISTÓVÃO. *Op. Cit.* 2002. p. 44.

<sup>105</sup> Cf. Claude KAPPLER. *Op. Cit.*

<sup>106</sup> Tzvetan TODOROV. *Op. Cit.* p. 36.

<sup>107</sup> Cf. Helena Maria de RESENDE. *Op. Cit.*

<sup>108</sup> Mary Del PRIORE. *O medo e os monstros na História do Brasil*. Rio de Janeiro: ACESS Editora, 2001. p. 79.

natureza selvagem, é ele, sobretudo, que faz das práticas religiosas dos autóctones idolatrias ameaçadoras, legitimando assim a extirpação. Como os habitantes do inferno, os índios viviam junto ao fogo de dia e de noite. Fato ímpar entre tantas colônias, o Brasil seria a única a trazer inscritas no próprio nome as chamas vermelhas do inferno. Afinal, fora a árvore de pau vermelho que roubara o nome santificado, Santa Cruz, afirmando a insubordinação de um mundo natural ao demônio.<sup>109</sup>

“Para manter sua coerência, Colombo estabelece distinções sutis entre índios inocentes, cristãos em potencial, e índios idólatras, praticantes do canibalismo, ou índios pacíficos (que se submetem ao poder dele) e índios belicosos, que merecem por isso ser punidos, mas o importante é que aqueles que não são cristãos só podem ser escravos: não há uma terceira possibilidade. Imagina então que os navios que transportam rebanhos de animais de carga no sentido Europa-América sejam carregados de escravos no caminho de volta, para evitar que retornem vazios... e a equivalência entre animais e homens não é, sem dúvida, gratuita”.

<sup>110</sup>

O susto, o espanto provocado pelos canibais é ambíguo: ele reside na desumanidade dos nativos, como também no surpreendente poder que a escravização tem de humanizar.<sup>111</sup> Se em seus atributos físicos os índios são vistos positivamente, em seus atributos mentais e culturais eles são vistos negativamente, como bestas. Aristóteles, em sua *Política*, diz que “aquele que não pode viver em sociedade, ou dela não necessita por ser auto-suficiente, será um bruto ou um deus”. Para os portugueses e espanhóis, cristãos, os índios não eram deuses, portanto, deveriam ser bestas.

Portanto, a antropofagia, o canibalismo, que eram vistos com horror pelo *homo religiosus*, serviram de justificativa para sua escravização –

“Os transportadores poderiam ser pagos em escravos canibais, gente feroz, mas saudável e de ótimo entendimento, os quais, arrancados de sua desumanidade serão, cremos, os melhores escravos que há (Cristóvão Colombo. *Relatório para Antonio de Torres*, 30.1.1494)”.<sup>112</sup>

<sup>109</sup> Cf. Laura de Mello e SOUZA. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI - XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>110</sup> Tzvetan TODOROV. *Op. Cit.* p. 55.

<sup>111</sup> Cf. Stefen GREENBLATT. *Op. Cit.*

<sup>112</sup> Tzvetan TODOROV. *Op. Cit.* p. 55.

–, e o seu genocídio – inabitado, desabitado, “(des)habitado”, “um continente inteiro estará livre de seus primeiros habitantes, e esse Mundo logo poderá, com justiça, proclamar-se Novo”<sup>113</sup>, “Novo Mundo”, e ser utilizado como *tabula novae* na cartografia dos séculos XV e XVI.

“Os cristãos ficaram revoltados com os casos de canibalismo. A introdução do cristianismo leva à sua extinção. Mas, para conseguir isso, queimam homens vivos! Todo o paradoxo da pena de morte está aí: a instância penal executa o próprio ato que condena, mata para melhor proibir de matar. Para os espanhóis, era um meio de lutar contra o que julgavam ser barbárie, os tempos mudaram, e tornou-se difícil perceber a diferença de ‘civilização’ entre queimar vivo e comer morto”.<sup>114</sup>

Os cartógrafos dos séculos XV e XVI também, fizeram tábula rasa, apagaram dos mapas os vestígios de grandeza e riqueza das civilizações ameríndias Incas, Maias e Astecas vencidas. A diferença entre as Américas Espanhola e Portuguesa é que os espanhóis encontraram uma metade do continente habitada por sociedades com idades anteriores à de Cristo, e simultâneas às da Antiguidade Clássica Greco-Romana recuperadas pelo Renascimento artístico italiano. Daí a longa guerra de Conquista, que durou de 1519 até 1532.

“Reconquista e Conquista revestem-se de uma profunda unidade e participam de um mesmo processo de unificação e de expansão da cristandade”.

<sup>115</sup> Expulso o domínio muçulmano na Península Ibérica e afirmada a sua unidade cristã, era lógico que Fernando e Isabel de Castela financiassem a empresa de Cristóvão Colombo, na esperança de expandir essa unidade para além-mar dos territórios recém-conquistados. Finalizada a Reconquista sobre os mouros começa a Conquista da América. Não existe nenhum “mouro” na América, mas os “índios” fazem o seu papel.<sup>116</sup>

O descobridor levava em cada mão, simultaneamente, a cruz e a espada – o que vai fazer com que a abertura do mundo se dê através de uma guerra, não mais uma Guerra Santa, mas uma Conquista.

<sup>113</sup> Adauto NOVAES (org.). *Op. Cit.* 1999, p. 7.

<sup>114</sup> Tzvetan TODOROV. *Op. Cit.* p. 216.

<sup>115</sup> Jérôme BASCHET. *Op. Cit.* p. 27.

<sup>116</sup> Cf. *Idem. Ibidem.*

“O encontro entre o velho e o Novo Mundo, que a descoberta de Colombo tornou possível, é de um tipo muito particular: é uma guerra, ou melhor, como se dizia então, a Conquista. Um mistério continua ligado à conquista, trata-se do resultado do combate. Porque esta vitória fulgurante, se os habitantes da América são tão superiores em número a seus adversários, e lutam em seu próprio solo?”<sup>117</sup>

“Os espanhóis ganharam a guerra. Mas essa vitória, de que somos todos originários, europeus e americanos, dá ao mesmo tempo um grande golpe em nossa capacidade de nos sentirmos em harmonia com o mundo, de pertencer a uma ordem preestabelecida, tem por efeito recalcar profundamente a comunicação do homem com o mundo, produzir a ilusão de que toda comunicação é comunicação inter-humana, o silêncio dos deuses pesa no campo dos europeus tanto quanto no dos índios. Ganhando de um lado, o europeu perdia de outro, impondo-se em toda a Terra pelo que era sua superioridade, arrasava em si mesmo a capacidade de integração no mundo. Durante os séculos seguintes, sonhará com o bom selvagem, mas o selvagem já estava morto, e o sonho estava condenado à esterilidade. A vitória já trazia em si o germe de sua derrota”.<sup>118</sup>

O encontro com o “Outro”, desloca da Ásia para a América o projeto religioso do *eu*, de extensão da cristandade, mediante a conversão dos, antes muçulmanos, e infiéis, agora pagãos, em cristãos.

“Para os povos desse Novo Mundo, pagãos com expectativa de vidas breves e selvagens, vazias de esperança num futuro qualquer, chegou a visão cristã de um Deus misericordioso e de um Céu glorioso. E do conveses dos navios que atravessaram dois grandes oceanos e exploraram as longínquas orlas da Terra, preces se elevam qual nuvens de incenso à Santíssima Trindade e a Maria, Rainha do Mar”.<sup>119</sup>

Portanto, o reencontro da Península Ibérica com a Europa ocidental e a sua expansão se deu através das Cruzadas e da Reconquista, do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, das Missões e da educação jesuítica. Mas quando as Missões atravessam os mares, fazem do cristianismo um “símbolo de morte”.<sup>120</sup>

“O efeito moral dos trabalhos dos missionários era completamente anulado por aquela ameaça constante de terror

<sup>117</sup> Tzvetan TODOROV. *Op. Cit.* p. 63.

<sup>118</sup> *Idem. Ibidem.* p. 116.

<sup>119</sup> Samuel Eliot MORINSON. *European Discovery of America: The Southern Voyages, A. D. 1492-1616*. Nova York: Oxford University, 1974.

<sup>120</sup> Antero de QUENTAL. *Op. Cit.* p. 279.

religioso: ninguém se deixa converter por uma caridade, que tem atrás de si uma fogueira!”.<sup>121</sup>

“É um processo contraditório em muitos níveis. Prega-se o amor de uma religião (o cristianismo) no meio da conquista irracional e violenta. Propõe-se de maneira ambígua e de difícil interpretação, por um lado, o fundador do cristianismo que é um crucificado, uma vítima inocente na qual se fundamenta a memória de uma comunidade de crentes, a igreja, e, por outro, se mostra uma pessoa moderna com direitos universais. E é justamente em nome de uma tal vítima e de tais direitos universais que se vitimam os índios,. Os índios vêem negados seus próprios direitos, sua própria civilização, sua cultura, seu mundo... seus deuses em nome de um ‘deus estrangeiro’ e de uma razão moderna que deu aos conquistadores a legitimidade para conquistar”.<sup>122</sup>

“A religião e a cultura européia caracterizava-se pela crença e pela proliferação de imagens de um Deus masculino, cuja forma terrena nascera do ventre de uma virgem, e fora torturado e sacrificada por seu pai celestial, a fim de expiar o homem. Seu culto desenvolvia-se em torno de um ritual em que se comia a sua carne e se bebia o seu sangue, simbolicamente. Tamanha era a crença nesse Deus único, que ele deveria ser universal. Portanto, o europeu esperava que esses povos completamente estranhos abandonassem as suas próprias crenças e abraçassem a deles. O fracasso em obter semelhante conversão provocou até o ódio assassino”.<sup>123</sup>

O historiador francês Jérôme Baschet, discípulo de Jacques Le Goff e autor de *A Civilização Medieval*, diz que a Reforma subtraiu uma parte da Europa à dominação da Igreja Católica, mas que isso foi compensado pela cristianização do “Novo Mundo” pelos Jesuítas. A América colonial seria uma sociedade “feudal” não devido à sua dependência, ou ao seu atraso em relação à Portugal e Espanha, mas devido à posição da Igreja, a quem, mais do que aos conquistadores e colonizadores, coube a conversão –

“a educação jesuítica é um método que transforma crianças em adultos estereis. Eram esses os benefícios que levávamos às raças selvagens da América, pelas mãos civilizadoras dos padres da Companhia”<sup>124</sup>

– e a administração das colônias.

<sup>121</sup> *Idem. Ibidem.* p. 292.

<sup>122</sup> Enrique DUSSEL. 1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 58.

<sup>123</sup> Stefen GREENBLATT. *Op. Cit.*

<sup>124</sup> Antero de QUENTAL. *Op. Cit.* p. 280.

“Os procedimentos evangelizadores abrigavam, em verdade, métodos calculados de reducionismo – na América Espanhola as *aldeias* chamavam-se *reducciones*, na América Portuguesa, a diversidade de culturas foi reduzida a uma única: índios –, processos de descaracterização. Evangelização e genocídio são palavras que acabavam acobertavam a sua inteira sinonímia”.<sup>125</sup>

“O século XVI veria perpetuar-se o maior genocídio da história da humanidade”.<sup>126</sup>

Claudio Malo González, em seu *Presencia del indio en la cultura latino americana actual*, diz que a diferença entre o homem e o animal é que o homem é um ser cultural e o animal um ser natural. Em latim, a palavra cultura se origina da mesma origem que a palavra agricultura, portanto, cultura significa tudo o que é plantado, cultivado, e colhido pelo homem. Portanto, mais do que uma dizimação, um genocídio, o aniquilamento das civilizações indígenas pré-colombianas e pré-cabralinas das Américas Espanhola e Portuguesa foi um “culturricídio”, ou uma aculturação europeia. Segundo Walter Benjamin, em seu *Sobre o conceito da História*, “*Tout cela (l'héritage culturel) ne témoigne (pás) de la culture sans témoigner, en même temps, de la barbarie* (não existe documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento de barbárie)”. A distância que separava a Europa do Extremo Oriente, do Oriente Médio, do Norte da África, da África sub-saariana e da América era mais do que espacial ou temporal, era cultural.

Os descobrimentos desenvolvem o verbo ter no lugar do verbo ser.

“As navegações emprestam à posse, ao ter, uma amplidão que parece realmente excepcional. Essa ambição que investe no verbo ter passa a ostentar dimensões cada vez mais planetárias, a devassa da boa esperança encontra sua medida na dominação de continentes inteiros. É como se a Terra e tudo que a compõe estivesse em oferta às insaciáveis cobiças do ter”.<sup>127</sup>

Portanto, a cartografia dos séculos XV e XVI servia para legitimar a posse das rotas marítimas do Oceano Atlântico e Índico e das terras descobertas em África e América. Mais do que um caráter prático, voltado para a navegação, os

<sup>125</sup> Gerd BORNHEIM. *A descoberta do homem e do mundo*. IN: Aduino NOVAES (org.). *Op. Cit.* 1998. p. 24.

<sup>126</sup> Tzvetan TODOROV. *Op. Cit.* p. 6.

<sup>127</sup> Gerd BORNHEIM. *Op. Cit.* p. 48.

mapas e as “Terras Incógnitas” quinhentistas e seiscentistas tinham um caráter político, voltado para a Conquista, a exploração e a colonização.

“Olhava-se para fora do continente com intenções de conquista patrocinada pelos mais nobres ideais, e por mal disfarçadas cobiças. E com muitos escrúpulos de consciência que se iam eliminando, progressivamente. Qual a legitimidade de se impor a fé pela força, ou de se invadirem ou ocuparem terras alheias?”<sup>128</sup>

Desmond Tutu, sul-africano vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 1984, por sua luta contra o *Apartheid*, diz que “quando os missionários vieram para a África, eles tinham a Bíblia, e nós tínhamos a terra. Eles disseram: ‘vamos fechar os olhos e rezar’. Quando nós abrimos os olhos, nós tínhamos a Bíblia e eles tinham a terra”.

E a medida em que as caravelas lusitanas iam penetrando no Atlântico desconhecido, procuravam os reis obter dos papas as bulas que lhes legalizassem a posse das novas terras, integrando-as na cristandade como domínios portugueses. Sob este fundamento, surgia também a prática de levantar cruzes de madeira ao longo das costas descobertas, alargando dessa maneira o simbolismo da cruz como “padrão dos descobrimentos”. O termo “padrão”, escrito em português original, é uma alteração de “pedrão”, aumentativo de pedra, que significa marco, demarcação.

Na corrida pelas novas terras, a fé e o ouro estiveram em pé de igualdade. Tzvetan Todorov em seu livro *A conquista da América: a questão do outro*, sublinha que o ouro era um metal dotado de valor extremo e, secundariamente, de uso monetário. “O ouro é menos matéria do que luz, e seu brilho o torna apto a sugerir as realidades celestes, ele articula valores materiais e espirituais, segundo uma lógica totalmente medieval”.<sup>129</sup>

Mas,

“Para os conquistadores, acima da exploração de novas terras e da busca da rota das especiarias, mais essencial do que a expansão dos domínios dos Reis Católicos e da cristandade, do que a evangelização dos pagãos e a luta contra os seus ídolos, estava o

<sup>128</sup> Fernando CRISTÓVÃO. *Op. Cit.* 2002. p. 43.

<sup>129</sup> Jérôme BASCHET. *Op. Cit.* p. 30.

ouro. Móbil das descobertas, ele atraía como um ímã os aventureiros ansiosos de fazer fortuna rapidamente”.<sup>130</sup>

“O Velho Mundo sentia uma urgente e cruel necessidade de ouro, mas esse metal – pensavam – estava depositado longe de suas fronteiras, em regiões estranhas, onde a imaginação construía mundos fabulosos”.<sup>131</sup>

“O ouro não se encontrava em qualquer lugar, mas em países longínquos, extraordinários, de clima paradisíaco, cujos nativos, eternamente jovens, gozavam de uma saúde incomparável”<sup>132</sup>,

o “Novo Mundo”.

Quando a Europa descobriu que o “Novo Mundo” não era as “Índias”, que a América era um continente separado da Ásia, os mitos antigos foram “(des)locados” do Oriente para o Ocidente e novos mitos se originaram, entre eles o do Eldorado e o da Serra das Esmeraldas, que alimentaram a sede de ouro, prata e metais preciosos dos europeus.

“Os espanhóis foram lá menos para adquirir noções novas do que para verificar antigas lendas: as profecias do Antigo Testamento, os mitos greco-latinos como a Atlântida e as Amazonas, a essa herança judaico-latina se juntavam as lendas medievais, como o império do Preste João, e a contribuição indígena: o Eldorado, a fonte da Juventude”.<sup>133</sup>

A origem do mito do “Eldorado” parece ter sido um fato verdadeiro, verificado por ocasião da conquista da cidade de São Francisco de Quito, no Equador, em 1534, quando um indígena afirmou que, em determinado lugar, havia visto um homem que mergulhava todas as manhãs num lago e saía coberto de pó de ouro, ou seja, um “homem dourado”. A palavra “homem” foi esquecida, ficando apenas “dourado”, “el dourado”, que passou a identificar um lugar. A inexata localização desse lugar, o fez se deslocar para a região amazônica brasileira, onde o Eldorado vai aparecer representado na América Portuguesa, na junção dos rios São Francisco e Paraná, com o nome indígena de *Lacus* ou *Laguna Eupana*.

<sup>130</sup> Jorge MAGASICH-AIROLA; Jean-Mark de BEER. *Op. Cit.* p. 89.

<sup>131</sup> *Idem. Ibidem.* p. 93.

<sup>132</sup> *Idem. Ibidem.* p. 93.

<sup>133</sup> *Idem. Ibidem.* p. 65.

A lenda do Eldorado foi narrada pelo historiador e poeta do século XVI, Juan de Castellanos, em sua obra *Elegias para varones ilustres de las Índias*:

“Um índio estrangeiro, peregrino  
 Que estava na cidade de Quito  
 E que dizia ser originário de Bogotá,  
 Que chegou lá não sei por qual caminho,  
 Que falou com ele e certificou  
 ‘Eu conheço terras ricas em esmeralda e ouro’.  
 E entre as coisas que ele trouxe  
 Falou de um certo rei despido  
 Que em uma balsa ia para uma laguna  
 Fazer oferendas, segundo o que ele viu,  
 Todo untado de resina  
 E coberto de muito pó de ouro,  
 Dos pés até a fronte,  
 Ele resplandecia como um raio de sol.  
 Ele disse também que as visitas ao lago eram frequentes  
 Para lá fazer oferendas  
 De jóias muito finas em ouro e de esmeraldas  
 E de outros ornamentos  
 Afirmando que tudo isso era verídico”.<sup>134</sup>

“Trata-se de uma história triste: na aldeia de Guaravitá, na atual Colômbia, vivia outrora um cacique que tinha sido enganado pela mulher. Quando descobriu a traição, ele a forçou a comer, durante uma festa, ‘os órgãos com os quais seu amante havia pecado’ e ordenou aos índios que cantassem o crime diante de toda a aldeia enquanto durasse a bebedeira. Desesperada, não podendo suportar tamanha humilhação, a mulher tomou sua filhinha nos braços e se jogou com ela no lago de Guaravitá. O remorso tomou então conta do espírito do cacique e sua tristeza lancinante só se atenuou quando os sacerdotes lhe explicaram que a mulher vivia em um palácio escondido no fundo das águas e que podia ser honrada com oferendas de ouro. O cacique arrependido passou então a navegar até o centro do lago, ali jogando objetos de ouro e esmeraldas, e ele sempre ia nu, com o corpo inteiramente coberto de lama salpicada de pó de ouro”.<sup>135</sup>

Mas não foi apenas o sonho da prata e do ouro que atraiu os bandeirantes paulistas para desbravar o sertão do Brasil em direção ao Sul do país, mas também

<sup>134</sup> Juan de CASTELLANOS. *Elegias para varones ilustres de las Índias*. IN: Enrique de GANDÍA. *Historia crítica de los mitos de la conquista americana*. Buenos Aires e Madri: Roldán & Cia, 1929. p. 113. Apud. Jorge MAGASICH-AIROLA; Jean-Mark de BEER. *Op. Cit.* p. 120.

<sup>135</sup> Enrique de GANDÍA. *Historia crítica de los mitos de la conquista americana*. Buenos Aires e Madri: Roldán & Cia, 1929. pp. 111-112. Apud. Jorge MAGASICH-AIROLA; Jean-Mark de BEER. *Op. Cit.* p. 118.

o de encontrar a “Serra da Prata” e a “Serra das Esmeraldas” ou “Serra Verde”, lendas que tiveram capital importância na interiorização do território nacional. A “Serra da Prata” seria uma montanha de prata na região onde o Rio da Prata encontraria o Rio Amazonas, ou melhor, onde o Rio Paraná encontraria o Rio São Francisco, localizada perto da “Serra das Esmeraldas”, uma montanha de esmeraldas, verdes, onde existiria um lago ou uma lagoa com o mesmo nome, muitas vezes confundida com o *Lacus* ou *Laguna Eupana*, o Eldorado.

“Tão verde, tão verde, que em derredor, seres e coisas, tudo era também verde: ...‘o rio que sai daquela pedreira tem a água verde, as ervas que dentro dele se criam são verdes; até o peixe ali é verde’”.<sup>136</sup>

O sonho das esmeraldas no século XV foi ofuscado pelo brilho da descoberta do ouro no século XVI, mas não acabou. No século XVII, a

“Serra das Esmeraldas” foi “(des)locada” da Bahia para o Espírito Santo, sertão ainda não desbravado, bárbaro. “Graças ao sonho das esmeraldas, graças à quimera da serra verde, tão saborosa e tão lírica, nem só a Bahia, mas a terra do Espírito Santo vai ser agora talada, devassada, desbarbarizada”.<sup>137</sup> “Abruptado sertão do país novo, misterioso, onde havia tanta pedraria faiscante!”<sup>138</sup> “Sertão deslumbrante! Quanta pedreira rara! Quanto cristal! E nem só turquesadas. ...“indo mais acima, quatro ou cinco léguas da banda do sul, está outra serra, em que o gentio também afirma haver pedras verdes, e vermelhas, e azuis, e todas muito resplandecentes”.<sup>139</sup> “Selva das mil-e-uma-noites!”<sup>140</sup>

## 5.7. “A QUESTÃO DO OUTRO”

*A orbis terrarum* medieval tripartida limitava-se à Europa, a Ásia, ao Mar Mediterrâneo e ao Norte da África, o resto era “Terra Incógnita”, um mundo inacessível e inabitável ao ser humano. Não havia uma ignorância para além da

<sup>136</sup> Barbosa LEAL. *Carta ao Conde de Sabugosa, vice-Rei do Estado do Brasil*. IN: Paulo SETÚBAL. *O sonho das esmeraldas*. Primeira Parte. São Paulo: Saraiva Livres Editores, 1956.

<sup>137</sup> Paulo SETÚBAL. *O sonho das esmeraldas*. Primeira Parte. São Paulo: Saraiva Livres Editores, 1956.

<sup>138</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>139</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>140</sup> *Idem. Ibidem.*

Europa sobre a Ásia, o Mar Mediterrâneo e o Norte da África. Porque as fronteiras mediterrânicas entre a Europa, a Ásia e o Norte da África eram porosas, e os encontros entre o europeu, o oriental e o mouro eram, nesses poros, “(pre)vistos”. Mas havia uma ignorância sobre o Oceano Atlântico e as terras que ele ocultava: a África sub-saariana e a América.

O *homo religiosus* europeu conhecia o homem oriental e o mouro, e as três religiões monoteístas – o cristianismo, o judaísmo e islamismo – conviviam na Península Ibérica. “A caridade e a tolerância tinham um lugar mais alto do que a teologia dogmática. Essa tolerância será sempre uma das glórias do sentimento cristão da Península na Idade Média”<sup>141</sup>, “à sombra dela viviam Judeus e Moiros, raças inteligentes, industriosas”.<sup>142</sup> Mas, se a Península Ibérica era habitada pelos “Outros”, porque os portugueses e os espanhóis vão classificar os índios como o “Outro”?

Porque esses novos homens não se classificavam entre nenhuma das humanidades conhecidas, eram “tão estrangeiros que chego a hesitar em reconhecer que pertencemos a uma mesma espécie”.<sup>143</sup>

Jean de Lery, em sua *Viagem à terra do Brasil*, escreve que

“Esse país da América, como deduzirá quem o vir, no que diz respeito ao modo de vida de seus habitantes, é tão dessemelhante em vista do que temos na Europa, na Ásia e na África, que bem pode ser chamado de mundo novo em relação a nós”.

“Torna-se evidente que descobrir, ou descoberta, não comportam um só mesmo sentido no que respeita a todos estes tipos de espaços, alguns deles interpenetram-se com os processos de descoberta de outros. O conhecimento do mundo é a novidade decisiva destes séculos, porque traz em si a invenção da humanidade”.<sup>144</sup>

“A maior parte das culturas teve grande necessidade da imagem dos bárbaros para além de suas fronteiras, a fim de se definirem elas mesmas como civilizações”.<sup>145</sup> Na Antiguidade, os gregos tiveram necessidade dos bárbaros, os estrangeiros, para se localizarem no “umbigo” do Mundo a fim de colonizar o Mediterrâneo, na Idade Média, o *homo religiosus* cristão teve necessidade do

<sup>141</sup> Antero de QUENTAL. *Op. Cit.* pp. 259 - 260.

<sup>142</sup> *Idem. Ibidem.* p. 271.

<sup>143</sup> Tzvetan TODOROV. *Op. Cit.* p. 4.

<sup>144</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. *Op. Cit.* p. 80.

<sup>145</sup> Jérôme BASCHET. *Op. Cit.* p. 26.

muçulmano a fim de e para reconquistar e localizar Jerusalém, a “Terra Santa”, no Centro do Mundo, e na Idade Moderna, o europeu vai necessitar do “Outro”, para localizar a Europa no “Velho Mundo” a fim de conquistar o “Novo Mundo”.

É próprio da História e do historiador temporalizar. Mas temporalizar não significa apenas localizar no tempo cronológico. O tempo das sociedades ocidentais contemporâneas é um tempo linear, cujo *thelos* vai do do negativo para o positivo, do bárbaro para o civilizado, do atraso para o progresso. Portanto, os historiadores contemporâneos escrevem uma História teleológica.

“A diferença é imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade: recusa a existência de uma substância humana realmente outra, que possa não ser meramente um estado imperfeito de si mesmo”.<sup>146</sup>

Portanto, a Europa vai representar o americano como um anti-próprio, como um antípoda, como “o outro lado do espelho, o ‘alter mundus’”.<sup>147</sup> Mas um espelho nada mais é do que a própria imagem refletida, invertida. “A cultura europeia experimentou algo como o reflexo de susto”.<sup>148</sup> A “(des)coberta” do “Outro” fez com que o europeu refletisse sobre si mesmo. “Os Homens e as Culturas conheceram-se na sua Diversidade, e isso permitiu-lhes compreender a sua Unidade”.<sup>149</sup> Porque nenhuma identidade pode existir e coexistir sem o seu inverso, sem o seu oposto.

É o “Outro” que cria a sua própria identidade.

“Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo, eu é um outro. Mas cada um dos outros é um *eu* também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão *lá* e eu estou só *aqui*, pode realmente separá-los e distingui-los de mim”.<sup>150</sup>

A “(des)coberta” do “Outro”, exterior, é a descoberta de si mesmo, do “Outro” interior.

É a América que cria a identidade da Europa. A descoberta da América é essencial, é essência, é o “ser”, o *se...* para a Europa existir. Sem a descoberta da

<sup>146</sup> Tzvetan TODOROV. *Op. Cit.* p. 50.

<sup>147</sup> Maria Adelina AMORIM. *Op. Cit.* p. 141.

<sup>148</sup> Stefen GREENBLATT. *Op. Cit.* p. 31.

<sup>149</sup> Alfredo Pinheiro MARQUES. 1994. *Op. Cit.* p. 9.

<sup>150</sup> Tzvetan TODOROV. *Op. Cit.* p. 3.

América não existe “Novo Mundo” e, conseqüentemente, não existe “Velho Mundo”, não existe Europa. A América unifica o homem europeu – na Idade Média, o que unificava o homem europeu era a religião cristã, e não os Estados Nações – e o continente europeu, que, a partir da Idade Moderna, vai se denominar Europa. Na Idade Moderna, a Europa, o Ocidente, e não mais Jerusalém, a “Terra Santa”, no Oriente – como era localizada nos *Orbis Terrarum* medievais –, vai ser localizada no Centro do Mundo na cartografia.

Antes o Centro era o Mundo muçulmano, agora é a Europa que se localiza no Centro do Mundo, e converte as outras religiões e culturas em periferias suas. Em 1492, a Espanha expulsa o seu “eu” interior, os muçulmanos, e descobre o seu “eu” exterior, a América.

“A Europa pode se confrontar com o seu ‘Outro’ e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo, quando pode se definir como um ‘ego’ descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade construtiva da própria Modernidade. De qualquer maneira, esse Outro não foi ‘descoberto’ como Outro, mas ‘en-coberto’ como o ‘si-mesmo’ que a Europa já era desde sempre. De maneira que 1492 será o momento do ‘nascimento’ da Modernidade como conceito, o momento concreto da ‘origem’ de um ‘mito’ de violência sacrificial muito particular, e, ao mesmo tempo, um processo de ‘en-cobrimento’ do não-europeu”.<sup>151</sup>

A alteridade humana é revelada, mas é velada.

---

<sup>151</sup> Enrique DUSSEL. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 8.